

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

ANGÉLICA OLIVEIRA DOS SANTOS

**ESTRATÉGIAS DOS AGRICULTORES E DE SUAS ORGANIZAÇÕES:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PARALISAÇÃO DO PAA
EM SANTA VITÓRIA DO PALMAR/RS**

Santa Vitória do Palmar

2017

ANGÉLICA OLIVEIRA DOS SANTOS

**ESTRATÉGIAS DOS AGRICULTORES E DE SUAS ORGANIZAÇÕES:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PARALISAÇÃO DO PAA
EM SANTA VITÓRIA DO PALMAR/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Catia Grisa

Coorientadora: Leticia Andrea Chechi

Santa Vitória do Palmar

2017

ANGÉLICA OLIVEIRA DOS SANTOS

**ESTRATÉGIAS DOS AGRICULTORES E DE SUAS ORGANIZAÇÕES:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PARALISAÇÃO DO PAA
EM SANTA VITÓRIA DO PALMAR/RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: Porto Alegre, 29 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Catia Grisa-Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Alberto Bracagioli Neto
UFRGS

Prof^a. Dra. Susana Cardoso
UFRGS

Agradecimentos

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul e toda a coordenação do Plageder, que proporcionou o oferecimento do curso em 12 polos distintos, especialmente o de Santa Vitória do Palmar.

Ao querido Jorge Aguiar, secretário da UFRGS, pela sua prestatividade, generosidade e atenção.

Agradeço à orientadora Prof^a. Catia Grisa e a coorientadora Letícia Chechi, que trabalharam juntas durante todo o processo de orientação para que este trabalho fosse desenvolvido da melhor forma possível, por meio de seus ensinamentos, contribuições e principalmente pelos incansáveis questionamentos a cada etapa deste estudo.

Aos membros da banca, professores Alberto Bracagioli e Susana Cardoso pelas contribuições e sugestões concedidas ao meu trabalho.

A agrônoma da Emater, Janete Basso, por ter participado da construção deste estudo e especialmente por ter sido minha orientadora nos estágios obrigatórios do curso.

A equipe de funcionários da Cooperativa dos Produtores de Leite da Zona Sul Ltda/SUL LEITE, ao Raul Amaral e Marcos Kalil e, em especial ao Cleber Farias, por toda a atenção dispensada a mim, colaborando para que eu pudesse desenvolver a pesquisa.

A todas as famílias agricultoras do município, principalmente aquelas que participaram da pesquisa.

Ao pessoal da Secretaria de Assistência Social e Cidadania do município, especialmente ao querido Danúbio pela disponibilidade e atenção durante todos os momentos em que precisei esclarecer dúvidas sobre o tema da minha pesquisa.

As colegas Daiane, Ingrid e Marcia, pelo companheirismo, por dividir os conhecimentos e momentos de aflição em todas as etapas do curso.

Agradeço imensamente as colegas Mariana e Ivonete, pelo estímulo, incentivo e pelas contribuições durante o curso. Tenham a certeza de que aprendi muito com vocês!

Sou grata à colega Cristina Trein pela oportunidade de ter estagiado na Inspeção de Defesa Agropecuária de Santa Vitória do Palmar e por compartilhar suas experiências comigo.

A Ana Cristina, tutora presencial, pela dedicação, paciência, amizade e carinho com todos os alunos, inclusive comigo.

A todos os tutores à distância, que desempenharem papel relevante na formação de cada um de nós.

Aos meus amigos Maicon, Fabio, Diego e Warlene por terem me ajudado nos momentos mais difíceis do curso, em que muitas vezes pensei em desistir.

A toda a minha família, especialmente a minha mãe pelas palavras de incentivo e por toda a sua compreensão durante toda a trajetória acadêmica.

A Deus por tudo que tem proporcionado na vida permitindo que superasse todas as dificuldades e chegasse até o final desta etapa.

Por fim, agradeço imensamente a todos que colaboraram comigo de alguma forma durante estes quatros anos em que cursei o PLAGEDER.

Muito Obrigada a todos!!!

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar as estratégias produtivas e de comercialização dos agricultores familiares e de suas organizações sociais diante da paralisação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Santa Vitória do Palmar/RS. O PAA foi uma política pública que representou uma conquista para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Criado em 2003, pelo governo federal, com o objetivo de fortalecer a produção de alimentos pela agricultura familiar e promover a segurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos para a população em situação de vulnerabilidade social, o PAA garantiu renda às famílias agricultoras, incentivou à produção sustentável e estimulou às formas de organização, tendo sido aprimorado ao longo de sua trajetória. Entretanto, a partir de 2013 com a crise econômica e política que se estendeu no país, houve cortes no orçamento de programas sociais importantes, inclusive no PAA, o que tem contribuído cada vez mais para o enxugamento do programa. No caso de Santa Vitória do Palmar, o programa está paralisado desde 2013. Para realização da pesquisa foram entrevistadas dez famílias agricultoras que forneceram seus produtos para o PAA no município entre os anos de 2006 e 2013, e também três funcionários da cooperativa que operacionalizava o programa junto à CONAB. Os resultados obtidos com as famílias mostraram que, após a paralisação do Programa foi necessário realizar transformações no sistema produtivo e buscar vender os produtos no comércio local ou em canais curtos de comercialização, como a feira. Sendo que a maioria dos produtores teve de optar por destinar a produção para uma organização específica. No entanto, não se pode afirmar que essas mudanças tenham sido em decorrência somente da paralisação do PAA, mas que outros fatores também possam ter contribuído para isso. No caso da cooperativa, ainda que o programa tenha proporcionado benefícios, não foi constatado nenhum tipo de mudança diante da paralisação do PAA, pois a organização, além de ter anos de atuação no município, já apresentava mudanças durante a execução do programa. Portanto, concluiu-se que, embora nenhuma família tenha deixado de produzir, utilizando estratégias de produção e de comercialização, visando permanecerem no mercado, em alguns casos o PAA pode ter influenciado na autoestima das famílias que estavam mais entusiasmadas com o incentivo a produção e que tiveram retrocessos em suas propriedades.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Agricultura Familiar. Estratégias Produtivas. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study had as objective to analyze the productive and marketing strategies of family farmers and their social organizations in view of the paralysis of the Food Acquisition Program (PAA) in Santa Vitória do Palmar/RS. The PAA was a public policy that represented a conquest for the development of family farming in Brazil. Created in 2003, by the federal government, with the objective of strengthening the production of family farming and promoting food and nutrition security through food security for the population in a situation of social vulnerability, the PAA guaranteed income to the farming families, encouraged sustainable production and stimulated the forms of organization, and was improved during its trajectory. However, in 2013, with the economic and political crisis that extends one country, there were cuts in the budget of important social programs, including in the PAA, which has contributed more and more to the reduction of the program. In the case of Santa Vitória do Palmar the program has been paralyzed since 2013. In order to carry out the research, the ten farmers' families who provided their products to the PAA in the municipality between 2006 and 2013 and three cooperative officials who operated the program together with CONAB. The results obtained with the families showed that, after the stoppage of the program, it was possible to carry out transformations in the production system and to seek to sell the products in local commerce or in short commercialization channels, such as the fair where the majority of producers had to choose to destine production to specific organization. However, it cannot be said that these changes have been in breach only of the PAA paralysis, but that other factors may also have contributed to this. In the case of the cooperative, although the program has provided benefits, no change was observed in the face of the PAA paralysis, since the organ, besides having years of work in the municipality, presented changes during the execution of the program. That although the family has ceased to produce using production and marketing strategies, aiming to remain in the market, in some cases the most enthusiastic PAA may have influenced the self-esteem of families who were incentive to production and who had setbacks in their properties.

Key words: Food Acquisition Program (PAA). Family Farming. Productive Strategies. Public Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de localização do município de Santa Vitória do Palmar/RS	17
Figura 2- Feira da Agricultura Familiar de Santa Vitória do Palmar	29
Figura 3- Central de Recebimento do Programa Alimentar/Fome Zero	35
Figura 4- Sede da Cooperativa dos produtores de leite	47
Figura 5- Fachada da Microusina de Leite da Cooperativa Sul Leite	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Origem dos produtos fornecidos ao PAA em Santa Vitória do Palmar entre 2006 e 2013	36
Quadro 2- Síntese do perfil das famílias entrevistadas.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Evolução dos recursos aplicados no PAA no Brasil entre 2003 e 2016.....	25
Tabela 2- Evolução dos recursos aplicados no PAA em Santa Vitória do Palmar	38

LISTA DE SIGLAS

ATLA	– Associação dos Trabalhadores da Lavoura de Arroz
CAPA	– Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CDAF	– Compra Direta da Agricultura Familiar
CDS	– Compra com Doação Simultânea
CI	– Compras Institucionais
CONAB	– Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	– Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura
CONTRAF	– Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil
CONSEA	– Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
CMAS	– Conselho Municipal de Assistência Social
DAP	– Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATER	– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
GGPAA	– Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	– Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	– Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	– Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MESA	– Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar
PAA	– Programa de Aquisição de Alimentos
PAA LEITE	– Programa de incentivo à produção e consumo de leite
PNAE	– Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RA	– Rendas Agrícolas
RNA	– Rendas Não-Agrícolas
SAN	– Segurança Alimentar e Nutricional
SEAD	– Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SISBI	– Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SUAS	– Sistema Unificado de Assistência Social
SUL LEITE	– Cooperativa dos Produtores de Leite da Zona Sul
SUREGS	– Superintendências Regionais

UNAIC – União das Associações do Interior de Canguçu
UPA – Unidade de Produção Agrícola

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 METODOLOGIA.....	16
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A TRAJETÓRIA DO PAA NO BRASIL	19
3.1 Contextualização da criação do PAA	19
3.2 Dinâmica de funcionamento do PAA.....	20
3.3 Modalidades de Acesso ao PAA	22
3.4 Principais mudanças no PAA ocorridas ao longo do tempo	23
3.5 Resultados importantes do PAA.....	25
4. CONTEXTUALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SANTA VITÓRIA DO PALMAR/RS	28
4.1 Aspectos econômicos da agricultura familiar local.....	28
4.2 Formas de Organização Social	30
4.3 Limites e potencialidades da agricultura familiar no município	30
5 TRAJETÓRIA DO PAA EM SANTA VITÓRIA DO PALMAR.....	32
5.1 Caracterização do PAA no município	32
5.2 Função desempenhada pelas entidades que participavam do PAA.....	33
5.3 Resumo do PAA em Santa Vitória do Palmar.....	37
6. ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS E DE COMERCIALIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES COM A PARALISAÇÃO DO PAA	39
6.1 Perfil das Famílias Entrevistadas.....	39
6.2 Estratégias de produção das famílias agricultoras do PAA.....	41
6.3 Comercialização dos produtos após a paralisação do PAA.....	44
7 ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS E DE COMERCIALIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES COM A PARALISAÇÃO DO PAA	47
7.1 Histórico da Organização Social	47
7.2 Principais ações desenvolvidas pela Sul Leite	48

7.3 Principais conquistas e metas	49
7.4 Participação da Cooperativa Sul Leite no PAA.....	50
7.5 Atividade produtiva e de comercialização da organização social	52
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste no estudo sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), política pública criada pelo governo federal e que foi muito importante para o desenvolvimento da agricultura familiar nos últimos anos. Um dos objetivos dessa política contemplou a necessidade de amenizar a problemática da fome no Brasil, por meio do fortalecimento da produção de alimentos pela agricultura familiar e da doação de alimentos para a população em situação de vulnerabilidade social.

No Brasil, a agricultura familiar está presente na produção de diversos alimentos, com maior presença na produção de mandioca, feijão, carne suína, leite, carne de aves e milho, além de ter importância significativa por produzir cerca de 70% dos alimentos consumidos em todo o País (BRASIL, 2015). Entretanto, apesar do potencial produtivo desse segmento, há dificuldades para o escoamento e a comercialização dos produtos, o que limita a expansão da produção. Neste contexto, “o PAA é um programa estratégico no sentido de que desenvolve a possibilidade de geração de excedente, e é a possibilidade de comercialização deste excedente que dará condições melhores para os agricultores” (CONCEIÇÃO, 2015, p.146).

Aprimorado ao longo de sua trajetória, o PAA representa uma conquista para os agricultores familiares, em termos econômicos e sociais, garantindo renda às famílias agricultoras, incentivando à produção sustentável e o estímulo às formas de organização. No entanto, o programa tem apresentado dificuldades para ser executado após 2012, devido à redução de recursos públicos pelo governo federal, o que se refletiu também na verba disponibilizada ao PAA.

A crise econômica e política que se estendeu no país provocou a queda do programa, que deixou de ser operacionalizado em muitos municípios brasileiros, causando incertezas em relação a sua continuidade¹. No caso de Santa Vitória do Palmar, o Programa está paralisado desde 2013, tendo sido executado por sete anos.

Diante da crise econômica evidenciada no Brasil, que provocou cortes no orçamento de programas sociais importantes, resultando inclusive no enxugamento do PAA e, sobretudo na queda expressiva dessa política, procurou-se revelar se houve mudanças provocadas pela paralisação do programa na estruturação das unidades de produção agrícola (UPA) que participaram do PAA em Santa Vitória do Palmar e nas suas formas de organização social.

¹ Também contribuiu neste contexto a realização da Operação Agrofantasma em 2013, que tinha como objetivo combater um grande esquema de desvio de recursos públicos do PAA da ação de Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, repassados pela CONAB a associações e cooperativas rurais.

De acordo com dados no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, Santa Vitória do Palmar possui uma população de 30.990 habitantes. A base da economia do município está centrada na produção agropecuária, sendo a cultura do arroz irrigado a atividade predominante, seguida da pecuária de corte e de leite. Outras culturas também são desenvolvidas, porém em menor escala, como o cultivo de soja, a ovinocultura e a produção de hortaliças.

Tendo em vista a importância do PAA para a agricultura familiar local, buscou-se com este estudo proporcionar conhecimento acerca da capacidade de reinvenção e organização dos atores sociais, para permanecerem no mercado e garantirem sua reprodução social. Além disto, as informações contidas aqui, especialmente no que se refere à produção de dados sobre o PAA no município, poderão colaborar com futuras pesquisas relacionadas ao tema, que poderá ser aprofundado. Neste sentido, o estudo responde a seguinte questão: quais as estratégias que agricultores familiares fornecedores e suas organizações adotam diante da paralisação do PAA?

O objetivo geral deste estudo é analisar as estratégias produtivas e de comercialização dos agricultores familiares e de suas organizações sociais diante da paralisação do PAA em Santa Vitória do Palmar. O objetivo geral desdobrou-se em três objetivos específicos: a) mapear os agricultores e as organizações de agricultores familiares que já participaram do PAA em Santa Vitória; b) analisar as estratégias produtivas e de comercialização dos agricultores familiares com a paralisação do PAA e c) evidenciar as estratégias produtivas e de comercialização das organizações da agricultura familiar com a paralisação do PAA.

Por fim, ressalta-se que o presente trabalho está dividido em sete capítulos. Após essa introdução, apresenta-se a metodologia, ou seja, os instrumentos adotados para a realização da pesquisa. O capítulo seguinte contempla a trajetória do PAA no Brasil, reunindo informações e estudos que ajudam a compreender as principais modificações ocorridas no processo de execução do programa. No terceiro é apresentado um relato da história da agricultura familiar no município estudado. O quarto capítulo trata da trajetória do programa em Santa Vitória, caracterizando o funcionamento do programa e os principais atores envolvidos. O quinto aborda as estratégias utilizadas pelos agricultores familiares no sistema de produção e na venda de produtos a partir do momento em que o PAA parou de ser operacionalizado no município. Da mesma forma que o capítulo anterior, o sexto capítulo, evidencia as estratégias utilizadas pela organização dos agricultores familiares diante da paralisação do Programa. Por último, apresentam-se as considerações acerca da análise do estudo realizado a partir da coleta dos dados.

2 METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, em consonância com os seus objetivos. Segundo Minayo (2001) e Guerra (2014), com esse tipo de abordagem o cientista aprofunda-se na compreensão dos fenômenos que estuda, ou seja, ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social e que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, portanto não devem ser quantificadas.

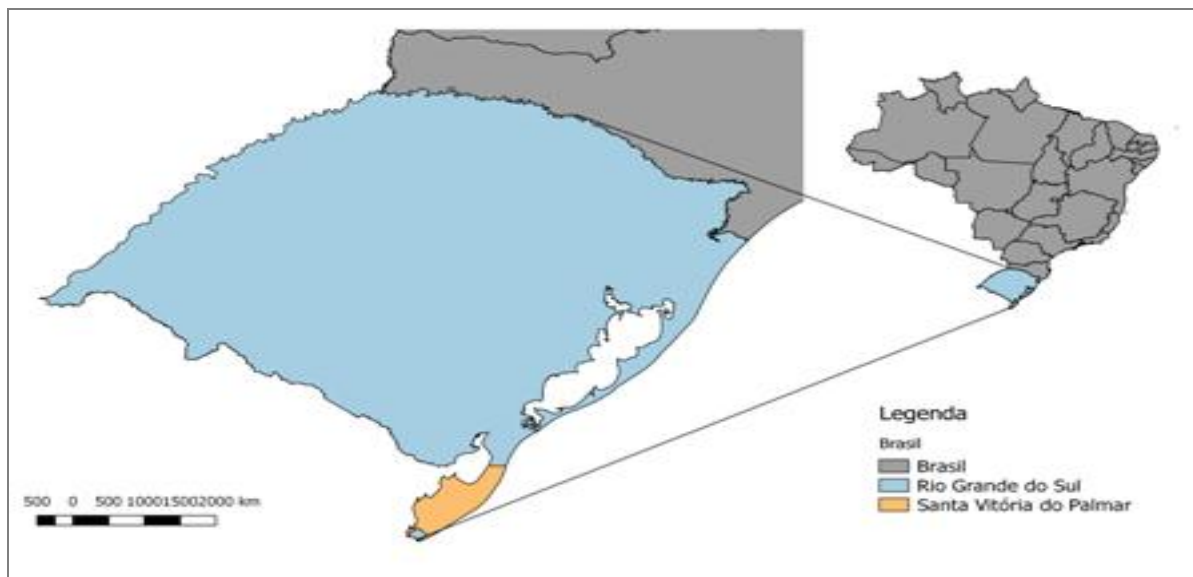
Com base no objetivo geral, desenvolveu-se um estudo exploratório no período compreendido entre 02 de setembro a 30 de outubro de 2017. Neste sentido, cabe enfatizar que em todas as etapas foram feitas consultas a materiais bibliográficos, como pesquisas já realizadas sobre o tema, artigos publicados e bem como sites governamentais. Como bem mencionado por Del-Masso; Cotta e, Santos (2004), a pesquisa exploratória além de facilitar a familiaridade entre o pesquisador e o tema pode ser bastante específica, assumindo muitas vezes a proporção de um estudo de caso em conformidade com o assunto abordado.

“O estudo de caso contribui de forma inigualável para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos” (YIN, 2001, p.21). Para Filho e, Neubauer (2008), trata-se de um tipo de pesquisa na qual o objeto a ser estudado pode ser aprofundado e detalhado, sendo uma forma de coletar informações sobre um indivíduo ou um grupo social. Ressalta-se, que de acordo com as características deste trabalho utilizou-se como procedimento um estudo de caso, na medida em que a pesquisa contemplou a análise de uma determinada situação envolvendo um determinado grupo social, e, neste caso, representado aqui, por agricultores familiares objeto da investigação.

Os dados da pesquisa foram coletados com a aplicação de entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro, previamente elaborado, com perguntas sobre o tema. É importante salientar que as entrevistas com os atores não devem se ater apenas as questões de um roteiro, sendo importante dar liberdade aos mesmos nas suas falas não desprezando eventuais “assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal”. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.72).

A presente pesquisa contou com a participação de agricultores familiares, que forneciam seus produtos para o PAA e também com a organização social dos agricultores familiares (cooperativa) que executava os projetos do programa em Santa Vitória do Palmar, área de abrangência deste estudo. O município situa-se no extremo sul do Rio Grande do Sul, a uma distância de 504 km da capital Porto Alegre, e mais especificamente, na fronteira com o Uruguai, como mostra a Figura 1.

Figura 1- Mapa de localização do município de Santa Vitória do Palmar/RS



Fonte: Elaborado por Leticia Chechi, a partir de dados vetoriais do IBGE (2016).

A amostra do estudo foi determinada com base no número de agricultores familiares que forneceram seus produtos ao PAA por três vezes ou mais, durante os anos de 2006 a 2013, quando o programa foi executado. Dos 118 beneficiários fornecedores que participaram do programa, 18 agricultores familiares apresentavam essa condição, sendo dez entrevistados nessa pesquisa. Além das dez famílias agricultoras, foram entrevistados três funcionários da cooperativa vinculada ao Programa.

Em virtude do tempo disponível para execução da pesquisa e para facilitar o acesso às famílias, algumas das entrevistas foram realizadas em UPAs que se localizam mais próximas da cidade. No caso das UPAs mais distantes, optou-se por realizar as entrevistas em locais mais propícios onde poderiam se encontrar as famílias, como na Feira da Agricultura Familiar ou então nas suas próprias residências. Já os funcionários da cooperativa foram ouvidos na sede da própria organização.

O critério utilizado para o fechamento da amostra foi à saturação, quando a coleta de dados pode ser interrompida a partir do momento em que as respostas dos entrevistados passam a se repetir. No que tange a análise dos dados utilizou-se análise de conteúdo, uma forma de compreender as respostas dos entrevistados em suas falas. “Esta análise consiste na sistematização de todas as informações obtidas pelo pesquisador, de modo a facilitar o trabalho de compreensão, de interpretação e interferência dos dados” (RODRIGUES, 2011, p.32).

A preservação dos dados e da privacidade dos participantes foi garantida assim como a identificação dos mesmos na redação deste trabalho. A fim de proporcionar segurança e até mesmo de situá-los acerca da pesquisa em que estão participando, cada entrevistado assinou um termo de consentimento constando informações importantes com a identificação da universidade e da autora que desenvolveu a pesquisa, o título da monografia e a finalidade com a opção do entrevistado aceitar ou não a divulgação dos dados no trabalho.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A TRAJETÓRIA DO PAA NO BRASIL

A pesquisa bibliográfica consiste em um estudo realizado na fase inicial de um trabalho científico ou acadêmico, sendo desenvolvida com base em material já existente, disponível em livros e artigos científicos. Para Lakatos e; Marconi (2003), a finalidade deste tipo de pesquisa é situar o pesquisador a respeito de tudo que já foi dito ou escrito sobre um determinado tema. “É importante não apenas mostrar a relação do projeto que se está propondo com outras pesquisas, mas ater-se, nessa revisão, aos conteúdos pertinentes relacionados com o tema que se visa estudar” (FROHLICH; DORNELES, 2011, p.27).

Sendo assim, como ponto de partida para o desenvolvimento deste trabalho, buscou-se fazer uma revisão sobre a história do PAA no Brasil. Neste sentido, o estudo realizado contempla aqui, a contextualização da criação do programa, a dinâmica de funcionamento, as modalidades de acesso, as principais mudanças ocorridas ao longo do tempo e, por último os principais resultados do PAA.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA CRIAÇÃO DO PAA

A emergência da implantação de políticas públicas capazes de diminuir o índice de pobreza e de pessoas em situação de risco alimentar no Brasil foi tratada como prioridade no primeiro ano de mandato do presidente Lula, no ano de 2003. Com o compromisso de resolver estes problemas, o governo foi implantando, ao longo dos anos, programas e ações de segurança alimentar e nutricional² (SAN). E é neste contexto, que está inserido o Programa Fome Zero, uma estratégia importante que foi adotada pelo governo federal no combate a fome e a miséria no país.

Conforme mencionado por Aranha (2010), as ações do programa Fome Zero enquadram-se em quatro eixos articuladores, os quais sejam: 1) ampliação do acesso aos alimentos; 2) fortalecimento da agricultura familiar; 3) promoção de processos de inserção produtiva, e 4) articulação, mobilização e controle social. É dentro destes eixos que se encontram programas, ações e organizações que se integram com a finalidade de proporcionar uma vida mais digna a população mais carente.

² De acordo com o art. 3º da Lei nº 11.346 de 2006, a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

O PAA faz parte das ações estruturantes da estratégia Fome Zero e foi criado por meio do art.19 da Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003, tendo como finalidade fortalecer a agricultura familiar e promover à alimentação por parte de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Segundo Muller; Silva e; Schneider (2012, p.2),

“o PAA tem como principal objetivo garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar, através do estabelecimento de preços mínimos a serem praticados com a garantia de compra, ao mesmo tempo em que articula esta produção com os mercados institucionais ou para formação de estoques, atendendo aos princípios da segurança alimentar”. (MULLER; SILVA; SCHNEIDER, 2012, p.2)

Para Camargo; Baccarin e; Silva (2013), o PAA além de complementar ação de cunho assistencialista, estimula à produção familiar seja no aumento e/ou na diversificação da produção, e, sobretudo, no acesso a uma dieta satisfatória através do consumo da própria produção ou pela possibilidade de comprar com recursos provenientes da venda de seus produtos.

3.2 DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DO PAA

O funcionamento do PAA se dá por meio de um Grupo Gestor³ (GGPAA), que tem a responsabilidade de estabelecer as ações necessárias para a execução do programa. Este grupo é formado por representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e atual Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD)⁴; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; e Ministério da Educação.

O programa dispensa o uso de licitação para a compra de produtos da agricultura familiar, facilitando a inclusão dos agricultores no mercado. Para Grisa e; Porto (2015) esta é uma inovação institucional importante se comparado com a Lei de Licitações e Contratos

³ Órgão colegiado com poder deliberativo, que tem como atribuições definir as regras para o funcionamento das modalidades do PAA; da metodologia para a definição dos preços para a compra de alimentos; condições de doação dos produtos; os critérios de priorização dos beneficiários fornecedores e consumidores e outras ações que couberem para o devido funcionamento do programa.

⁴ Desde 12 de maio de 2016 o MDA foi extinto e suas competências foram transferidas para o Ministério do Desenvolvimento Social. Atualmente essas competências estão a cargo da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) estabelecida por meio do decreto nº 8.865, de 29 de setembro de 2016 (BRASIL, 2016).

Administrativos (lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993), que restringia a participação da maioria dos agricultores familiares no mercado institucional.

Além dos agricultores familiares, são beneficiários fornecedores do programa também assentados da reforma agrária, agroextrativistas, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, famílias atingidas por barragens, ribeirinhos e trabalhadores rurais sem terra. Para acessar o PAA é necessário que os agricultores tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), um documento que habilita a participarem de políticas públicas direcionadas para o segmento (LIMA, 2017). Os produtores familiares podem acessar o programa de forma individual ou coletiva (por meio de organizações), neste caso, as cooperativas ou associações devem possuir a DAP Jurídica, que identifica as organizações dos agricultores familiares.

Os produtos comprados via PAA são doados a equipamentos públicos de alimentação e nutrição, a entidades da rede socioassistencial e a famílias em estado de insegurança alimentar. Outra parte dos alimentos, adquirida das próprias organizações da agricultura familiar, é destinada a formação de estoques próprios, sendo comercializado em momento propício, agregando maior valor aos produtos, caso da Modalidade Formação de Estoques (MDA, 2014).

Em 2003 quando o PAA foi implantado, os recursos aplicados eram provenientes do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA), que foi extinto no ano seguinte. No entanto, desde a criação do MDS em 2004, o programa passou a ser operacionalizado com recursos deste Ministério. O PAA também contou com a participação do MDA, ministério que foi extinto no ano de 2016. Atualmente o programa conta com recursos oriundos da SEAD e do MDS, sendo executado em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), estados e municípios.

Em termos de controle social, o PAA conta com o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) no âmbito nacional, estadual e municipal e envolve ampla participação da sociedade civil. Vale destacar que o programa desenvolve-se com um modelo de gestão intersetorial, na qual Bianchini e; Campos (2013) definem como um modelo em que os mesmos setores que atuam no financiamento, monitoramento e avaliação também participam da sua gestão no cotidiano.

3.3 MODALIDADES DE ACESSO AO PAA

Conforme exposto no documento orientações e marco legal⁵ disponibilizado pelo MDS, em janeiro de 2016, o PAA é executado em seis modalidades de acesso. A modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS); Apoio à Formação de Estoques (CPR-ESTOQUE); Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF); Programa de Incentivo à Produção e Consumo do Leite (PAA Leite), Compras Institucionais (CI), e Aquisição de Sementes (AS).

A modalidade CDS visa à compra de alimentos a fim de atender as demandas de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio da doação as entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias) e outras em condições específicas definidas pelo GGPAA, à rede pública e filantrópica de ensino. A CDS pode ser executada por estados, municípios ou via Conab, funcionando somente com recursos do MDS. Os beneficiários fornecedores podem acessar de forma individual com limite de R\$6.500,00/ano ou por meio de associações ou cooperativas com limite de R\$8.000,00/ano.

A CPR-ESTOQUE consiste em formar estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar, por meio de apoio financeiro. Ou seja, tendo em vista a variação de preços em virtude da sazonalidade da produção, são oferecidos recursos para as organizações efetuarem pagamentos adiantados aos seus associados com a finalidade de manter a produção dos produtores sem precisar comercializar na época de safra, e assim as organizações podem agregar valor ao produto (transformação) ou aguardar o momento propício para vender os produtos no mercado, com melhores preços. A modalidade é acessada por meio das organizações dos agricultores, com limite de R\$8.000,00/ano, sendo operacionalizado pela Conab, com recursos do MDS e SEAD.

A CDAF objetiva comprar produtos definidos pelo GGPAA, com o objetivo de sustentar preços. Trata-se de uma das formas de o governo intervir no mercado quando os preços estão abaixo dos valores de referência estabelecidos para a agricultura familiar no que se refere a alguns produtos. Neste caso, entre os produtos vendidos estão: arroz, feijão, milho, trigo, leite em pó integral, leite UHT (longa vida) integral e farinha de trigo. A modalidade CDAF é executada pela Conab, com recursos do MDS e SEAD, e pode ser acessada pelas

⁵ Este documento apresenta a modalidade compra institucional e ao mesmo tempo aborda as leis, decretos e resoluções do PAA, detalhando o funcionamento do programa. Para mais informações ver Compras da Agricultura Familiar em: <<http://mds.gov.br/compra-da-agricultura-familiar/passos-a-passos-da-modalidade-paa-compra-institucional>>

organizações dos agricultores (cooperativas e associações) com valor máximo de R\$8.000,00/ano.

O PAA Leite visa contribuir com o abastecimento alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e conseqüentemente fortalecer a produção de leite em pequenas propriedades onde esta atividade acontece predominantemente. É operacionalizado apenas nos estados da Região Nordeste e no norte do estado de Minas Gerais, com recursos do MDS e limite de R\$ 4.000,00/semestre por DAP.

A modalidade de CI foi criada pela Resolução nº 50, de 26 de setembro de 2012, e tem como finalidade atender as demandas de consumo de alimentos por parte de órgãos públicos. A sua operacionalização é realizada com dispensa de processo licitatório, funcionando por meio de chamadas públicas, com recursos financeiros dos próprios proponentes, ou seja, dos próprios órgãos que efetuam as compras da agricultura familiar.

A modalidade AS tem como objetivo a compra de sementes das organizações e dos beneficiários fornecedores, para atender a demanda de órgãos públicos que recebem e distribuem as sementes aos beneficiários consumidores, que tenham a DAP, preferencialmente, mulheres, assentados, povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais. A participação nesta modalidade se dá por meio de associação ou cooperativa, executada via Conab com recursos do MDS. O valor máximo por DAP/ano é de R\$16.000,00.

3.4 PRINCIPAIS MUDANÇAS NO PAA OCORRIDAS AO LONGO DO TEMPO

Durante toda a trajetória do programa houve constantes inovações no seu modo de operar a fim de melhor atender aos seus beneficiários. Entre 2003 e 2012 os estados, o Distrito Federal e os municípios, executavam o PAA por meio de convênios com o MDS. No entanto, a partir da regulamentação da lei nº 12.512/2011 pelo Decreto nº 7.775/2012, foi incorporado o termo de adesão como novo instrumento de operacionalização do programa (BRASIL, 2012). Desta forma, tem-se um sistema menos burocrático, que permite inclusive efetuar os pagamentos dos agricultores familiares fornecedores de forma direta, por meio de cartão bancário disponibilizado para recebimento dos recursos do PAA.

Com a Resolução do GGPAA nº 44, de 16 de agosto de 2011, a participação das mulheres como beneficiárias fornecedoras passou a ser priorizada nos critérios de seleção dos projetos, com a exigência mínima de 40% de mulheres na modalidade CDS e 30% na CPR Estoque. Esta novidade representa a valorização do trabalho das agricultoras, que muitas

vezes estão à frente da organização das unidades de produção, inclusive na gestão das propriedades.

De acordo com Porto (2014) houve mudanças mais expressivas no PAA que começaram a ser implementadas a partir da Lei n. 12.512, de 14 de outubro de 2011, e pelo Decreto n. 7.775, de 4 de julho de 2012. Um das mudanças citadas pelo autor aconteceu em 2013, quando o GGPAA editou a Resolução n. 62, de 24 de outubro de 2013, que dispõe sobre a destinação dos alimentos adquiridos pelo PAA e delimita o conceito de rede socioassistencial, englobando as unidades do Sistema Unificado da Assistência Social (SUAS). Ainda restringiu o acesso aos alimentos às entidades sem fins lucrativos, inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), restando como alternativa a entrega aos equipamentos de alimentação e nutrição (escolas, creches, restaurantes populares, entre outros).

A partir de 2014, segundo o autor, houve alterações nos procedimentos operacionais e exigências de novos documentos no PAA. Após a Conab receber notificação encaminhada pelo MAPA, no final de 2013, foi exigido que os produtos de origem animal, produzidos pelas organizações sociais, que não estivessem registrados pelos diferentes sistemas de vigilância sanitária, não fossem mais comercializados no PAA. Dessa forma, não seria aceito declaração expedida pela autoridade municipal que atestava a qualidade dos produtos de origem animal, conforme vinha sendo praticado pela companhia na execução dos projetos.

Na modalidade de doação simultânea além de apresentar as DAPs individuais de cada participante, foi estabelecido que as organizações apresentassem também a DAP Jurídica. Além disso, um novo documento passou a ser assinado pelos participantes do projeto e por suas organizações, ou seja, um termo que descreve compromissos e direitos de produtores, como descontos e valores preestabelecidos em Assembleia.

Outra alteração importante se refere à obrigatoriedade do uso da ferramenta PAA-Entregas para todas as organizações a partir de janeiro de 2014. Esta ferramenta faz parte de um módulo do Sistema do PAA da Conab e visa diminuir o trabalho documental nas Superintendências Regionais (Suregs) da Conab, como forma de superar as deficiências de pessoal da Companhia, fato que possibilita concluir a análise das prestações de contas em pouco tempo e a liberação de recursos dentro dos prazos para cada organização.

No ano de 2015, por meio de um decreto também foi estabelecido o percentual mínimo de 30% de compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar por órgãos da Administração Pública federal. “A criação de normativos como esse é uma maneira de obrigar

que as organizações públicas utilizem o PAA – no caso, através da modalidade Compra Institucional” (PMA, 2015).

3.5 RESULTADOS IMPORTANTES DO PAA

Conforme mostra na tabela 1, a seguir, os recursos aplicados no PAA tiveram crescimento significativo até o ano de 2012, exceto nos anos de 2007 e 2011, quando houve uma pequena diminuição em relação aos anos anteriores. No primeiro ano de execução do programa foram investidos 144 milhões de reais no programa, beneficiando 42.077 agricultores familiares fornecedores. A maior aplicação de recursos no PAA se deu em 2012, atingindo o valor de 885 milhões de reais.

Tabela 1-Evolução dos recursos aplicados no PAA no Brasil entre 2003 e 2016

Ano	Beneficiários Fornecedores	Número de Atendimentos	Recursos Aplicados em (milhões)
2003	42.077	226.414	R\$144,92
2004	68.546	4.261.462	R\$180,00
2005	87.292	6.450.917	R\$333,06
2006	147.488	10.700.997	R\$492,09
2007	138.900	14.512.498	R\$461,06
2008	168.548	15.407.850	R\$509,47
2009	137.185	13.028.986	R\$591,03
2010	156.964	18.875.174	R\$675,13
2011	160.106	19.812.686	R\$667,32
2012	194.452	20.445.645	R\$885,54
2013	94.452	11.058.512	R\$437,77
2014	107.120	11.938.644	R\$536,52
2015	95.847	14.800.000	R\$588,03
2016	76.638	9.306.019	R\$516,50
Total			R\$7.018,44

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da CONAB/MDS e SEAD (2017).

De acordo com o exposto na tabela, em 13 anos de operacionalização do programa foram investidos mais de sete bilhões de reais em compras de produtos da agricultura familiar no Brasil. Por meio da compra destes produtos, milhares de famílias pobres inseridas no programa foram beneficiadas com acesso aos alimentos.

Apesar do sucesso do programa, em 2013 houve uma queda na aplicação dos recursos destinados ao PAA, sendo aplicado o montante de 437 milhões de reais, apresentando um decréscimo equivalente a 49% em comparação ao ano anterior. Nesse ano, participaram do programa 94.452 beneficiários fornecedores, representando uma redução de 48% em relação a 2012, quando 194.452 agricultores familiares foram beneficiados com o PAA.

O baixo desempenho na execução do PAA em 2013 pode ser atribuída a fatores diversos, entre os quais citam-se a seca ocorrida no nordeste, envolvimento das Superintendências Regionais (deslocamento de funcionários que trabalham com o PAA) no programa Venda em Balcão, as alterações das normas e outros fatores que somados culminaram neste desfecho (CONAB, 2013). Contudo, não se pode deixar de mencionar o efeito da operação Agrofantasma realizada pela Polícia Federal que investigou irregularidades na operacionalização do programa, no que se refere à modalidade doação simultânea, executada pela Conab e que certamente influenciou neste contexto.

Nos últimos quatro anos os orçamentos do PAA foram significativamente reduzidos pelo governo federal, e com isto o programa está praticamente extinto no país. De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (CONTAG, 2017), na proposta orçamentária apresentada pelo governo para 2018, há previsão de R\$750 mil a ser aplicado pelo MDS no programa, um retrocesso em relação ao ano anterior, que teve 318 milhões. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF, 2017), a previsão de recursos pela SEAD é de 3.294.750 milhões, representando um corte de 71,3% em relação a 2017, que atingiu 11.484.028 milhões.

Cabe destacar que o programa produziu bons resultados durante a sua trajetória, inclusive tornando um importante tema de debates e de pesquisas científicas. No livro publicado pelo MDS no ano de 2013, em comemoração ao Ano Internacional da Agricultura Familiar é apresentada uma série de artigos sobre o PAA. Estes artigos apresentam os principais resultados do programa ao longo tempo, e, que são brevemente comentados neste capítulo.

O PAA, além de ter contribuído para a inclusão dos produtores no mercado, proporcionou o aumento da renda a partir da possibilidade de comercialização de produtos, os

quais eram quase que exclusivamente destinados para o consumo próprio das famílias agricultoras. De outro modo, constituiu-se como alternativa importante de comercialização ao passo que diminuiu o poder de atravessadores, permitindo que aos produtores recebessem um preço mais justo pelos seus produtos sem a necessidade de um intermediário. Neste sentido, o PAA promoveu a relação direta entre produtores e consumidores ao mesmo tempo em que houve oportunidades de geração de empregos, fortalecendo as economias locais.

No aspecto produtivo, é citada a valorização dos produtos agroecológicos como uma estratégia do programa para promover a alimentação adequada e saudável. Essa alternativa de produção sustentável favorece os produtores em dois sentidos: primeiro em contribuir com a saúde, na redução do uso de agrotóxicos nos sistemas produtivos e segundo pelo ganho econômico na comercialização desses produtos, que recebem um preço diferenciado de até 30% em comparação com o mercado convencional.

Os últimos incentivos à agricultura familiar no PAA também são ressaltados no livro do MDS. O programa promoveu a agrobiodiversidade, uma vez que, além da aquisição de alimentos, passou a comprar sementes em 2014, que são distribuídas aos agricultores por meio de suas organizações. Outro incentivo recente é o estímulo à participação das mulheres, que passou a ser obrigatória a partir de 2013, estabelecendo um percentual mínimo de inserção das agricultoras para cada modalidade do programa.

Além disto, Mielitz (2010) acrescenta a capacidade de promoção, fortalecimento e empoderamento das organizações dos agricultores familiares, estímulo à integração de sistemas locais de produção, bem como, a melhoria da autoestima dos agricultores e da qualidade dos produtos. Para Junqueira e Lima (2008), a criação do PAA, representou um marco na política voltada ao setor agrícola familiar por garantir a compra de alimentos oriundos da produção familiar e consequentemente proporcionar maior estabilidade à atividade agrícola.

A partir dessa revisão sobre o PAA no Brasil, o próximo capítulo tem o objetivo de apresentar um contexto geral sobre a agricultura familiar em Santa Vitória do Palmar, para posteriormente apresentar a trajetória do PAA em Santa Vitória do Palmar/RS. São abordadas, no próximo capítulo, as principais atividades desenvolvidas pela categoria, as formas de organização social e bem como, os limites e as potencialidades da agricultura familiar no município.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SANTA VITÓRIA DO PALMAR/RS

A agricultura familiar pode ser caracterizada pela exploração de atividades produtivas em pequenas propriedades. É um segmento importante para o país, uma vez que, a produção de alimentos abastece o mercado interno, gera renda e emprego. Cabe destacar que a produção familiar também contribui para o crescimento econômico brasileiro, e essa contribuição é importante, sobretudo, para a economia local dos municípios, cuja base econômica é a agropecuária. (DESANOSKI e; CHIES, 2014).

De acordo com a lei nº 11.326, de 2006, considera-se agricultor familiar quem exerce atividades no meio rural, que possua área de até quatro módulos fiscais e utilize preferencialmente mão de obra familiar nas atividades econômicas (BRASIL, 2006). Neste sentido, enfatiza-se que o valor de um módulo fiscal em Santa Vitória do Palmar, equivale a 40 hectares, segundo os critérios estabelecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o que significa que a agricultura familiar compreende estabelecimentos até 160 hectares.

Segundo dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), em Santa Vitória do Palmar há 440 agricultores familiares, sendo que destes 262 apresentam DAP ativa, e 150 possuem DAP vencida, mas que podem ser renovadas a qualquer momento. Apesar das dificuldades e dos desafios que permeiam a agricultura familiar local, pode-se dizer que nos últimos anos, tem se desenvolvido gradativamente, em termos produtivos, econômicos e sociais, graças à existência de políticas públicas voltadas a categoria.

4.1 ASPECTOS ECONÔMICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR LOCAL

Em termos de comercialização nas últimas décadas a agricultura familiar local teve importantes conquistas em relação à inclusão em mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o PAA, que além de estimular a produção e garantir renda, ajuda a evitar prejuízos de alimentos, provocado pela falta de mercados.

Em 2014 foi criada a Feira da Agricultura Familiar (Figura 2), como um espaço de comercialização para os produtores locais. A Feira é realizada três vezes por semana (terças, quintas e aos sábados) na calçada de uma praça no centro da cidade. No espaço cedido aos produtores são vendidos produtos hortigranjeiros e produtos industrializados de forma artesanal como queijo e geleias. Também são comercializados artesanatos feitos pelas

agricultoras, sendo uma forma de complementar a renda das famílias. Segundo a Emater, os alimentos da feira são oriundos de propriedades consideradas em transição para sistemas de produção de base ecológica.

Figura 2- Feira da Agricultura Familiar de Santa Vitória do Palmar



Fonte: Foto realizada pela autora, (2017).

De acordo com a Emater (2017), o trabalho de transição vem sendo desenvolvido há mais ou menos seis anos no município, com o objetivo de diminuir o uso de agrotóxicos e medicamentos na produção agrícola e criação de animais; diminuir o contato dos agricultores com agentes contaminantes; ofertar alimentos mais limpos e com maior qualidade nutricional e diminuir a contaminação ambiental.

Entretanto, o nível de aceitação dos produtores é ainda considerado baixo, especialmente por dois motivos. Um deles seria a dificuldade de organização na propriedade para iniciar um sistema de transição e o outro por não acreditarem, que seja possível a produção sem o uso de agrotóxicos e medicamentos (EMATER, 2017). Segundo a empresa técnica, há no município dez produtores de hortigranjeiros e de pecuária que estão trabalhando em transição para sistema de produção de base ecológica e três produtores com arroz orgânico certificado.

4.2 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Os agricultores familiares de Santa Vitória do Palmar se organizam por meio de associações, sindicato e cooperativa. No município há três associações legalmente constituídas são elas: Associação dos Trabalhadores da Lavoura de Arroz (ATLA); Associação Vitória Certa e a Associação dos Agricultores Familiares de Santa Vitória do Palmar (AFASA). Esta última foi criada em 2012, com a finalidade de reunir os agricultores a fim de resolver assuntos de interesse comum e trocar experiências. O município também conta com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com uma Cooperativa de Produtores de Leite, organização esta que será apresentada no capítulo 7.

Mais recentemente, houve a formação de um núcleo de criadores de ovinos, denominado Núcleo de Criadores de Ovinos dos Campos Neutrais. Essa iniciativa é fruto de ações realizadas pela Emater do município. O grupo de criadores tem como intuito planejar o melhoramento dos rebanhos e as formas de comercialização da carne ovina, que é um produto com demanda e escassez no mercado (EMATER/RS, 2016).

4.3 LIMITES E POTENCIALIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO

Segundo informações da Emater, os produtores familiares locais apresentam dificuldade de organização e possuem pouco acesso à informação e a tecnologias. Além disto, aponta-se a questão da sucessão nas propriedades, devido os jovens estarem afastados do campo. A falta de interesse dos filhos de agricultores familiares pelas atividades agrícolas é um problema que muitas vezes causa a falta de mão de obra nas propriedades, abandono de atividades ou até mesmo a venda dos empreendimentos familiares. “Se não oferecermos aos jovens que ainda estão no campo à chance de crescer empreendendo, certamente sobrarão poucos para continuar produzindo alimentos e abastecendo as cidades” (ABREU, 2011, p.8).

A agricultura familiar conta com a assistência técnica da Emater e pode-se dizer que nos últimos anos, o trabalho realizado pela empresa tem contribuído para o desenvolvimento das unidades de produção familiar. A própria criação da Feira foi incentivada pela Emater com a parceria da Prefeitura Municipal, que dá apoio e assistência aos produtores, cedendo à estrutura física e proporcionando o transporte dos produtos de agricultores, que não tem condições de se deslocarem até o local.

Acrescentam-se também as ações realizadas no aspecto social e ambiental das propriedades, conforme citado a seguir:

A Emater disponibiliza assistência técnica, desenvolvendo um trabalho de extensão rural que leva informação, conhecimento para os agricultores familiares. São realizadas ações de capacitação, projetos de acesso a crédito, ações para redução da penosidade do trabalho (mecanização patrulha agrícola- Prefeitura Municipal). Além de proporcionar trocas de experiências com grupos de outros municípios, no que se refere à organização. Salienta-se também as ações voltadas à produção sustentável (redução do uso de agrotóxicos, cuidados com solo e água, saneamento). (EMATER, 2017)

Em termos de potencialidades, segundo a Emater, existe espaço para crescimento em atividades como olericultura e ovinocultura, inclusive no acesso a mercados. Assim como, a diversificação da produção, para os cultivos de hortaliças e pequenas frutas, que são desenvolvidas em pequenas propriedades. A produção de carne também apresenta potencial, uma vez que, há boas condições para a exploração do gado de corte, como a qualidade dos campos nativos e ausência de carrapatos.

Em atividades como o cultivo de arroz, há necessidade de aprimorar o manejo da cultura, especialmente no que se refere ao solo e a água, para obter maior sustentabilidade ambiental, através de técnicas de manejo, como plantio direto de arroz, uma vez que, permite melhorar o controle de plantas invasoras. Assim como o uso racional de agrotóxicos que evita menor contaminação da água e do solo além de contribuir para a produção de alimentos de melhor qualidade.

No cultivo de hortaliças, faz-se necessário ampliar a produção para atender o mercado local e produzir com técnicas mais sustentáveis que reduzam o uso de agrotóxicos, como a produção orgânica de hortaliças, pois ano após ano cresce a demanda por estes produtos. A produção de hortaliças e pequenas frutas são ideais para pequenas propriedades (EMATER, 2017).

5 TRAJETÓRIA DO PAA EM SANTA VITÓRIA DO PALMAR

Este capítulo aborda a trajetória do PAA em Santa Vitória do Palmar, contemplando aspectos importantes do desenvolvimento do programa. Para uma melhor compreensão, dividiu-se o capítulo em três partes, primeiramente faz-se uma breve caracterização do PAA no município, logo em seguida descreve-se a função desempenhada pelas entidades que participaram do programa e por último é finalizado o capítulo com um resumo do programa no município.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO PAA NO MUNICÍPIO

O PAA foi implantado em Santa Vitória do Palmar em 2006, por meio de uma organização de agricultores familiares, chamada Cooperativa dos Produtores de Leite da Zona Sul (SUL LEITE). Com a justificativa de atender as necessidades das famílias em condições de extrema pobreza, e ao mesmo tempo contribuir com os produtores familiares locais, a organização enquanto proponente na execução dos projetos do PAA passou a convidar os seus cooperados, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a fazerem parte do PAA. De acordo com a cooperativa, os demais produtores não sócios que tomavam conhecimento da existência do Programa e manifestavam interesse também eram inseridos no Programa.

Segundo informações da cooperativa, devido à inexperiência da organização em trabalhar com projetos sociais, o programa foi executado “timidamente” no primeiro ano de sua implantação, tendo apenas dez beneficiários fornecedores tendo sido entregue dois tipos de alimentos, arroz ecológico e leite, pelos produtores locais. Desta forma, a cooperativa buscava obter maior conhecimento em relação ao funcionamento do PAA, a fim de atender a legislação e ao mesmo tempo atender o seu público alvo de forma eficiente.

O acesso dos produtores ao PAA se dava pela Doação Simultânea junto à Conab, que era o órgão responsável pela articulação entre o MDS e as organizações dos agricultores familiares envolvidas nos projetos desta modalidade. O programa funcionava da seguinte forma: os beneficiários fornecedores eram cadastrados pela Sul Leite, que elaborava as propostas e em seguida encaminhava à Conab. Em caso de aprovação os projetos eram executados, de acordo com o estabelecido nas propostas, considerando as entregas de alimentos e os recursos aplicados.

Esses recursos oriundos do MDS eram passados para a Conab, que repassava para a Sul Leite, por meio de conta bancária. Após receber os recursos a cooperativa realizava o pagamento, diretamente aos beneficiários fornecedores que conseguiam cumprir com as entregas dos alimentos. Neste sentido, em casos de não cumprimento das entregas, por parte dos produtores, a entidade proponente tinha o dever de realizar a devolução dos valores não utilizados.

5.2 FUNÇÃO DESEMPENHADA PELAS ENTIDADES QUE PARTICIPAVAM DO PAA

A Sul Leite dava suporte aos beneficiários em todas as etapas dos projetos, desde a seleção dos produtores até a entrega dos produtos a entidades beneficiárias receptoras. Para isto, desenvolvia-se um trabalho em parceria com outras entidades, como a EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, entidades religiosas (igrejas) e entidades da sociedade civil.

Cada uma destas entidades sociais desempenhava funções importantes na execução dos projetos do PAA. A cooperativa, por exemplo, realizava a seleção dos produtores de leite, que seriam os fornecedores do programa. No caso dos produtores de arroz e de hortaliças a seleção era realizada juntamente com a Prefeitura Municipal.

A Sul Leite realizava também as operações de compra e venda relativas ao programa, inclusive dos produtos da horticultura e do arroz. Para efetuar tais operações a cooperativa cobrava uma taxa de 5% sob o valor do produto adquirido para poder arcar com os custos que se tinha na execução dos projetos do PAA, especialmente em termos de prestação de serviços. Dessa forma, a equipe administrativa da organização procurava evitar que as despesas desses projetos fossem pagas com o dinheiro do caixa da cooperativa. Os serviços prestados envolviam o processamento do leite, beneficiamento do arroz e abate dos animais em frigorífico, além de despesas com transporte dos produtos.

Como uma das exigências impostas pelo PAA, para a participação dos produtores familiares, era possuir a DAP, cabia ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município e a EMATER, emitir o documento para os produtores. Também era função da Emater contribuir com a assistência técnica, proporcionar informação e orientação aos agricultores.

A Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar tinha participação ampla nos projetos, à medida que apoiava e estimulava o desenvolvimento local. Neste sentido, as atribuições desempenhadas por esta entidade na execução do PAA eram as seguintes: 1)

Coordenar o funcionamento do programa, criando estruturas de controle e avaliação de seu funcionamento; 2) Promover a articulação local entre os parceiros, visando o seu pleno funcionamento, assim como avaliação contínua do programa; 3) Fornecer infraestrutura para o funcionamento do programa; 4) Fornecer apoio às ações que visem articular, associar, qualificar as entidades parceiras e as famílias atendidas; 5) Fornecer condições, dentro do possível, para o desenvolvimento de hortas e pomares de fundo de quintal ou coletivas; 6) Incluir as famílias e entidades em cursos de qualificação de acordo com a realidade destas e do mercado local; 7) Inclusão das famílias nos demais programas sociais, educativos ou de formação profissional, tais como Bolsa Família, qualificação profissional e educação de jovens e adultos e 8) Apoiar as ações organizativas dos produtores familiares, fornecedores de alimentos neste programa, visando seu fortalecimento.

Ainda de acordo com informações da cooperativa as entidades receptoras representadas no município pelas igrejas e entidades da sociedade civil, tinham como uma das funções receber os alimentos que seriam doados às famílias carentes. Neste caso, os responsáveis por cada entidade deveriam atestar a quantidade e qualidade dos produtos por meio de um termo de aceitabilidade. Cabia aos mesmos distribuir as cestas de alimentos para as famílias contempladas, sugerir uma lista de famílias necessitadas que fossem de seu conhecimento e desenvolver palestras e atividades que qualificassem a vida dessas pessoas.

As entidades receptoras que participaram do programa eram selecionadas de acordo com a sua localização geográfica, atendendo a todos os bairros. Além de atender os balneários do Hermenegildo e Barra do Chuí, e, Curral Alto, uma localidade situada na área rural, que representavam às áreas com maior risco alimentar.

Cabe ressaltar que a coordenação do PAA ficava a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Programa Alimentar Santa Vitória do Palmar/Fome Zero⁶. Através deste programa, criado pela prefeitura municipal, disponibilizou-se um local adequado para o atendimento das demandas do Fome Zero e que também atendeu ao PAA.

No local, há uma central de recebimento dos produtos (Figura 3) que contempla uma estrutura física com salas de atendimento socioassistencial, sala de reuniões e um depósito

⁶ De acordo com informações da Secretaria de Assistência Social e Cidadania, este programa foi instituído através da lei nº 3.757 de 28 de março de 2006. O programa foi criado com a finalidade de promover a segurança alimentar e o acompanhamento socioassistencial das famílias beneficiárias do Programa Fome Zero. São objetivos do Programa Alimentar Santa Vitória do Palmar/Fome Zero: a) Promover a segurança alimentar das famílias e crianças em idade pré-escolar em situação de risco social, assim como sua inclusão social; b) Promover a articulação dos produtores familiares locais para fortalecer sua capacidade produtiva de disputa de mercado em um ambiente econômico hegemônico pela grande propriedade; c) Fortalecer as entidades que já desenvolvem ações de solidariedade social; e d) Promover a educação alimentar, nutricional e para o consumo. Atualmente são atendidas pelo programa 452 famílias em vulnerabilidade social.

para armazenamento dos alimentos até que se cumpram as entregas as entidades beneficiárias receptoras. Ainda que o PAA não esteja sendo operacionalizado no município, esta central continua em pleno funcionamento.

Figura 3- Central de Recebimento do Programa Alimentar/Fome Zero



Fonte: Foto realizada pela autora, (2017).

De acordo com a Sul Leite, em virtude dos produtores locais não produzirem hortaliças suficiente para atender a demanda do PAA, tornou-se necessário buscar parcerias com outras cooperativas da região para poder atender as famílias amparadas pelo programa. Por meio destas parcerias era possível também incluir no cardápio das famílias atendidas, outros alimentos que não eram produzidos localmente.

Neste contexto, a Sul Leite firmou uma parceria importante com o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA),⁷ da cidade de Pelotas, que fazia a articulação regional das organizações da agricultura familiar, garantindo uma alimentação mais saudável às pessoas e ao mesmo tempo contribuindo para o fortalecimento das organizações.

Segundo a cooperativa, na época era permitido ter projetos com entidades de outros municípios junto à Conab. Por isso, a Sul Leite firmava parceria com as seguintes

⁷ Atualmente o CAPA chama-se Centro de Apoio e Promoção à Agroecologia, a atualização do nome se deu a partir de 2015. Dentre as razões disto, estão o não reconhecimento por parte dos agricultores e agricultoras como “pequenos”, fato que tem permitido o termo cair em desuso, e, a necessidade de incluir no nome da organização um termo que abrangesse outros públicos, sendo o termo agroecologia uma expressão ideal na percepção da referida organização.

organizações: União das Associações do Interior de Canguçu (UNAIC), Cooperativa Sul Ecológica de Pelotas e Cooperativa Lagoa Viva também de Pelotas. Desta forma, buscava-se proporcionar aos beneficiários consumidores uma melhor qualidade nutricional com uma diversificação maior de produtos entregues nas sacolas de alimentos.

Durante o período em que o programa esteve em funcionamento no município, contemplou uma variedade considerável de produtos. Teve início com o oferecimento de arroz e de leite, sendo incorporado nos anos seguintes, carne bovina, carne ovina, bebida láctea e hortaliças. Devido à indisponibilidade de oferta de alguns produtos, as organizações parceiras da Sul Leite forneciam outros alimentos, conforme apresentado no Quadro 1, onde consta a origem dos produtos destinados as famílias consumidoras.

Quadro 1- Origem dos produtos fornecidos ao PAA em Santa Vitória do Palmar entre 2006 e 2013

Entidade	Município	Produtos
SUL LEITE	Santa Vitória do Palmar	Arroz ecológico, leite tipo C, beterraba, brócolis, carne bov. c/osso, cenoura, couve, abobrinha, batata doce, bebida láctea, beterraba, carne ovina, cebola
UNAIC	Canguçu	Farinha de milho e feijão ecológico
SUL ECOLOGICA	Pelotas	Batata inglesa, batata doce, cebola, abóbora ecológica e repolho ecológico.
COOPERATIVA LAGOA VIVA	Pelotas	Peixe

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da pesquisa, (2017).

A entrega dos produtos vindos de fora do município era realizada diretamente na Central de Recebimento dos alimentos e passavam pelas mesmas condições de avaliação dos produtos adquiridos da produção familiar local. No caso dos produtores de Santa Vitória do Palmar, a entrega de hortaliças era feita pelos próprios beneficiários fornecedores, que tinham condições de se deslocarem até a Central. Para os produtores que não conseguiam ter acesso por algum motivo, era disponibilizado pelo poder público municipal um veículo para o transporte dos produtos. De outro modo, alimentos como carne, arroz e leite, que passavam por procedimentos de abate, beneficiamento e processamento, respectivamente, eram entregues para a cooperativa que se responsabiliza por todas estas etapas.

Todos os produtos entregues na Central eram recebidos por monitores e nutricionistas, que avaliavam as condições dos alimentos e realizavam todos os procedimentos necessários

antes de serem distribuídos nas entidades receptoras. Logo em seguida, realizava-se a seleção dos produtos para a montagem das sacolas, a fim de garantir a segurança alimentar das famílias. Neste sentido, salienta-se que a frequência de entregas era alterada de acordo com as propostas dos projetos elaborados pela Cooperativa, em alguns anos houve entregas semanais, quinzenais e mensais.

5.3 RESUMO DO PAA EM SANTA VITÓRIA DO PALMAR

O PAA foi implantado no município em 2006 e de acordo com dados da organização dos agricultores familiares, na época mais de 3200 pessoas estavam na faixa da indigência, o que correspondia à aproximadamente 600 famílias em situação de miséria e em risco alimentar. Para mudar a realidade social destas famílias mais pobres e tentar melhorar os índices de saúde e nutrição do município, buscou-se beneficiá-las a partir da doação dos alimentos do programa. Conforme informações da Secretaria de Assistência Social e Cidadania do município foram atendidas no máximo 660 beneficiários consumidores por ano durante a operacionalização do PAA.

Este programa envolveu a participação de mediadores e atores sociais importantes, destacando-se o poder público municipal e a organização social dos produtores que tiveram participação ampla na sua execução. Entretanto, há escassez de informações nestas entidades sobre dados importantes do PAA em Santa Vitória do Palmar, o que dificulta uma maior compreensão sobre o tema no município. Como exemplo, pode-se citar: 1) a inexistência de registros dos primeiros projetos executados de 2006 a 2008; 2) falta de dados em relação ao número de famílias que foram beneficiadas com o programa; e 3) falta de precisão em relação ao número de entidades participantes.

Diante dessa realidade, vale ressaltar que algumas informações, pertinentes à pesquisa foram obtidas através da Conab, uma empresa pública, vinculada ao MAPA, a qual executava os projetos na modalidade CDS que era utilizada no município. Segundo dados disponibilizados pela Conab, os recursos aplicados no PAA no município contabilizaram um total de R\$ 1.680.669,60. Em 2006, foram beneficiadas com o PAA em Santa Vitória do Palmar, 16 entidades receptoras com a participação de dez beneficiários fornecedores, sendo investido um total de R\$20.253,80, como mostra a Tabela 2, a seguir.

Tabela 2-Evolução dos recursos aplicados no PAA em Santa Vitória do Palmar entre 2006 e 2013

Ano Execução	Beneficiários Fornecedores	Beneficiários Recebedores	Valor limite por produtor	Recursos Aplicados
2006	10	16	R\$2.500,00	R\$20.253,80
2007	*	*	R\$3.500,00	R\$205.056,00
2008	*	13	R\$3.500,00	R\$364.417,00
2010	100	20	R\$4.500,00	R\$405.546,00
2011	71	13	R\$4.500,00	R\$306.992,40
2013	63	16	R\$6.500,00	R\$378.404,40
Total				R\$1.680.669,60

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

* Não foi possível obter dados completos sobre o número de beneficiários fornecedores e entidades recebedoras dos anos de 2007 e 2008 em nenhuma das entidades envolvidas com o PAA em Santa Vitória do Palmar.

Percebe-se que houve um crescimento significativo nos recursos aplicados no PAA no município até o ano de 2010. Entretanto, em 2011 houve uma diminuição de 25% nos valores aplicados em relação ao ano anterior, de R\$405.546,00 para R\$306.992,40. Analisando a evolução dos recursos observou-se que o maior auge do programa no município se deu em 2010, totalizando a participação de 100 produtores familiares e 20 entidades recebedoras, encarregadas de entregar às sacolas de alimentos as famílias atendidas. Verificou-se também que o valor limite de entrega por produtor aumentou consideravelmente de R\$ 2.500,00 em 2006 para R\$ 6.500,00, em 2013.

É importante frisar que a carência de informações não permitiu contemplar o número de famílias atendidas que participaram por ano do PAA no município, assim como maiores detalhes acerca do número de beneficiários fornecedores e entidades recebedoras. Pois a concessão dos dados não foi suficiente para que fosse realizada uma análise mais aprofundada sobre o assunto, o que não permitiu fazer maiores comparações.

6. ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS E DE COMERCIALIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES COM A PARALISAÇÃO DO PAA

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos com a pesquisa, e como estabelecido na etapa inicial deste trabalho, os nomes dos entrevistados não são divulgados a fim de preservar a identidade de cada um. Neste sentido, os entrevistados são representados aqui, por famílias para facilitar a compreensão dos casos analisados.

6.1 PERFIL DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS

Este estudo envolveu a participação de dez famílias agricultoras de Santa Vitória do Palmar, que forneceram seus produtos por três vezes ou mais ao PAA, entre os anos de 2006 e 2013. As famílias entrevistadas apresentam no máximo três membros no grupo familiar, sendo que a maioria delas é constituída somente por casais sem filhos.

Mais da metade das famílias residem nas suas propriedades, e exploram as suas atividades produtivas em áreas que variam de 4,5 hectares a 60 hectares. Verifica-se em quase todas as propriedades a existência de criações de animais (galinhas, porcos e bovinos de leite) e/ou de cultivos de hortaliças.

Há presença de jovens com idade entre 16 e 23 anos em quatro das famílias entrevistadas, porém só uma das famílias conta com o auxílio do filho nas atividades produtivas. “A disposição ou a predisposição em ser agricultor é adquirida pelos filhos como parte de um processo de atuação de toda a família” (SPANVELLO, 2008, p.53).

Em alguns casos somente o produtor exerce as atividades de campo, pois as suas esposas trabalham fora das propriedades e dificilmente conseguem ajudar nas atividades produtivas. Essa pluriatividade exercida no meio rural “refere-se a um fenômeno que pressupõem a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura”. (SCHNEIDER, 2007, p. 3).

Uma das perguntas do roteiro de entrevistas questionava o tempo de participação das famílias no PAA. Quanto a isso, a maioria não recordou o tempo em que participou do programa. No entanto, duas das famílias conseguiram arriscar o tempo, sendo que uma acreditou ter sido por mais de duas vezes e a outra entre quatro ou cinco vezes.

As famílias entrevistadas tomaram conhecimento do PAA por meio da cooperativa, sendo convidadas pela mesma a participarem do Programa. De todos os entrevistados 90% possuem mais de uma fonte de renda, seja de aposentadoria ou de outras atividades exercidas

pelos produtores ou por algum outro membro do grupo familiar, conforme consta no Quadro 2.

Quadro 2-Síntese do perfil das famílias entrevistadas

Entrevistados	Idade	Auxilia nas atividades	Reside na propriedade	Área da propriedade	Fonte de Renda
Família 1 Casal	69 e 65 anos	Casal	Sim	4,5 ha	RA+RNA
Família 2 Casal e um filho	47, 42 e 20 anos	Só o produtor	Não	24,5 ha	RA+RNA
Família 3 Casal	69 e 65 anos	Casal	Não	10 ha	RA+RNA
Família 4 Casal e um filho	66, 58 e 20 anos	Todos os membros	Sim	10,8 ha	RA+RNA
Família 5 Casal	63 e 61 anos	Casal	Sim	15 ha	RA+RNA
Família 6 Casal	35 e 32 anos	Casal	Sim	40 ha	RA+RNA
Família 7 Casal e uma filha	53, 47 e 23 anos	Só o produtor	Não	18 ha	RA+RNA
Família 8 Casal e um irmão	61, 58 e 65 anos	Todos os membros	Sim	5,7 ha	RA+RNA
Família 9 Casal	56 e 55 anos	Casal	Sim	26 ha	RA
Família 10 Produtora e dois filhos	33, 17 e 16 anos	Só a produtora	Não	60 ha	RA+RNA

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2017.

RA- Renda Agrícola é proveniente da atividade agrícola e serve para remunerar o trabalho (mão de obra) do proprietário e da sua família e para realizar investimentos.

RNA- Rendas Não-Agrícolas correspondem ao somatório de todas as rendas e benefícios recebidos pelo chefe ou por outros membros da família residentes na Unidade de Produção Familiar.

Analisando o quadro acima é possível perceber que somente uma das famílias agricultoras depende exclusivamente da produção. Esta família é formada por um casal de produtores, que reside na propriedade há mais de 25 anos, trabalhando com produção de leite em uma área de 26 ha. A família antes de participar do PAA já vendia o produto para a Cooperativa, pois eram cooperados desta organização, de tal modo que considerava o Programa apenas como uma complementação da renda.

O que mais chamou a atenção nas entrevistas com as famílias agricultoras foi à falta de informação apresentada pelos agricultores, que negavam ter participado do PAA, pois conheciam o programa como sendo “Fome Zero”, mostrando total desconhecimento acerca do PAA.

6.2 ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS DO PAA

Um dos objetivos centrais do estudo foi analisar as estratégias que os agricultores familiares de Santa Vitória do Palmar utilizaram na produção, a partir do momento em que um programa social importante como o PAA, parou de funcionar no município. As famílias entrevistadas são produtoras de leite, hortaliças e de arroz, produtos que eram comercializados no PAA.

Primeiramente, as famílias foram questionadas sobre o que levou a participarem do programa, qual a motivação para adesão ao mesmo. Nas entrevistas quatro famílias agricultoras afirmaram que o PAA era uma oportunidade para vender os seus produtos e servia como uma complementação da renda. Por outro lado, as demais famílias foram motivadas pelos preços pagos pelo PAA, pois consideravam melhores que os valores pagos pelo mercado local.

Uma das primeiras questões investigadas nas entrevistas foi se houve avanços nas UPAs com a participação no PAA, ou seja, o que foi possível melhorar através dessa política pública. Considerando que um dos objetivos do PAA é o fortalecimento da agricultura familiar, buscou-se analisar as contribuições deste mercado institucional no desenvolvimento das propriedades.

No que se refere a isso, das famílias entrevistadas oito afirmaram que não teve avanços e nem melhorias, e apontaram que o PAA contribuiu apenas com o aumento da renda. Por outro lado, as famílias um e oito, que produzem hortaliças responderam que sim e enfatizaram o que foi possível mudar nas suas propriedades com a renda obtida por meio do PAA, conforme mostram os depoimentos a seguir:

A sim, com o programa conseguimos investir um pouquinho mais na propriedade, era pouco não era muito, mas sempre dava pra fazer alguma coisinha. Uma vez eu lembro que comprei arcos para construir esses túneis que eu tenho ai pra poder cultivar morangos, da pra melhorar sempre da, melhorei a estrutura. (FAMÍLIA, 1)

Sim, passei a produzir mais, tinha incentivo pra gente. Aumentei os canteiros, se conseguia produzir bem, diversificar os produtos, plantar outras culturas, oferecer mais para o próprio programa, eu só tinha dificuldade em atender a demanda do

programa porque não tinha como produzir o suficiente, porque eu crio animais também, mas era muito bom. (FAMÍLIA, 8)

Com a fala dos entrevistados, percebe-se que o programa foi fundamental para algumas famílias por impulsionar as atividades agrícolas, por mais simples que tenham sido os seus investimentos. Ainda que possuam outras fontes de renda, estas famílias produtoras de hortaliças conseguem perceber a importância de uma garantia de mercado para a venda de seus produtos, e a importância dos valores obtidos com o PAA, no somatório dos seus rendimentos.

As famílias entrevistadas ao serem questionadas se enfrentaram alguma dificuldade com a paralisação do programa, somente a família oito relatou que teve de voltar a comercializar os seus produtos, como fazia antes da sua participação no PAA, ou seja, teve de voltar a vender de porta em porta. Segundo esta família, apesar de receberem mais pelos produtos há dificuldade para conquistar fregueses, e, além disso, consideram que realizar esse tipo de venda é cansativo. Das outras famílias entrevistadas a um, três e cinco justificaram que mais de um membro do grupo familiar recebe aposentadoria, não dependendo apenas da renda obtida com a produção, e também não tem filhos que sejam seus dependentes, por isso não tiveram problemas quando o PAA parou de funcionar.

No caso das famílias dois, quatro, seis, sete e dez, foi alegado que as rendas que recebem de outras atividades fora da propriedade não permitiram que estes enfrentassem algum tipo de dificuldade. Já a família nove que depende da atividade produtiva para o próprio sustento, alegou que não teve problemas, pois também comercializava o leite para a cooperativa. Além disso, na época também produzia hortaliças e vendia nos mercados locais e inclusive no PNAE. Atualmente, esta família só trabalha com a produção de leite e continua vendendo o produto para a Sul Leite.

Como pode-se perceber, nesses casos as justificativas das famílias giram em torno das rendas não agrícolas obtidas pelos membros do grupo familiar, o que leva a crer que o programa não teve muita contribuição em termos de renda ou que as rendas externas à atividade agrícola respondiam por importante participação na renda total. Porém, isto não significa que em parte, o PAA não tenha sido importante, mas sim que a realidade das condições estruturais apresentadas por estas famílias, colaborou para que não enfrentassem problemas quando o programa foi paralisado.

O número de membros residentes nas propriedades é de, no máximo, três pessoas, embora a maioria tenha filhos adultos que já não residem mais nas propriedades. Das famílias entrevistadas somente um jovem trabalha com os pais nas atividades de campo, inclusive em

alguns casos, os produtores mencionaram que os filhos nunca manifestaram interesse pelas atividades agrícolas, preferem estudar e trabalhar fora das propriedades. Segundo Matte; e Machado (2016) no caso da sucessão, os filhos podem observar dificuldades na realização de atividades produtivas e baixo retorno financeiro, fatores que influenciam na decisão dos filhos em abandonar o campo.

A questão da sucessão familiar nas propriedades impede muitas vezes que os produtores passem a investir no próprio negócio da família, por terem a certeza de que ninguém dará continuidade ao seu trabalho. Esse fator contribui para a falta de mão de obra nas unidades de produção familiar e conseqüentemente para o abandono de atividades produtivas que demandem por maior força física.

As famílias foram questionadas se houve algum tipo de melhoria no desempenho das propriedades com a participação no PAA, quatro das famílias comentaram que conseguiram ampliar e diversificar a produção enquanto estavam no programa, cultivando outras culturas como cenoura, batata doce, batata inglesa e beterraba, além de introduzirem em alguns casos a criação de animais. Para Simão (2005), a diversificação na agricultura familiar não representa apenas a ampliação de um leque de produtos a serem comercializáveis, mas assegura também o autoconsumo e a agregação de valor, garantindo melhores condições de renda aos produtores familiares.

Além disso, houve relatos de que sempre havia incentivo por parte da assistência técnica dada pela cooperativa, o que estimulava os agricultores a produzirem cada vez mais, conforme mencionado por uma das famílias:

É o programa era bom porque eles incentivavam a gente, uma vez até veio aqui fazer uma visita pra nós o rapaz que é técnico da Sul Leite e disse que seria bom se a gente plantasse beterraba em dois canteiros, eu tenho uns de 50 metros mais ou menos. Daí eu resolvi plantar, plantei nos dois canteiros e colhi bem até deu uns 250 quilos de beterraba, que eu me lembro e planto até hoje. Eles tavam sempre incentivando e era bom porque a gente também produzia mais por causa do programa (FAMÍLIA 1, 2017).

Em contrapartida, uma das famílias agricultoras que fornecia leite ao PAA mostrou-se indecisa na resposta, enfatizando que na época do programa, como havia incentivo para a produção, à cooperativa facilitava a compra dos insumos (adubos, sementes para pastagens e outros) para atender ao programa. Para esta família, todos os incentivos eram apenas para que os produtores conseguissem produzir para o PAA e não para melhorar as propriedades. Ressaltaram ainda que, durante o funcionamento do programa, a assistência técnica da cooperativa era melhor e mais presente, a organização cobrava mais dos produtores, em

termos de documentação e de produção. Já as cinco famílias restantes não apresentaram percepção alguma em relação ao desempenho das suas propriedades.

Após investigar o que ocorreu nas propriedades durante a participação das famílias no PAA, foi indagado sobre o que aconteceu ou mudou no desempenho das propriedades assim que o programa parou de funcionar no município. Neste contexto, sete famílias disseram que não mudou nada em termos de produção, mas houve diminuição da renda. Já as famílias um, quatro e oito afirmaram ter diminuído a oferta de produtos, pois passaram a produzir em menor quantidade.

Com relação às transformações no sistema produtivo quando parou o PAA, quatro famílias afirmaram ter realizado algum tipo de mudança, porém em nenhum dos casos as famílias associam a paralisação do programa. No caso da família um, começou a ser desenvolvida na propriedade práticas agrícolas mais sustentáveis com a redução do uso de agrotóxicos, priorizando o uso de adubos naturais. Além de estar sendo desenvolvidas outras culturas como batata inglesa, por exemplo.

Essa mudança nas formas de manejo dos agroecossistemas caracteriza a transição agroecológica. Segundo Caporal e; Costabeber (2004), na agricultura essa transição tem como meta “a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica”.

A família dois decidiu trocar a produção de arroz ecológico pela produção convencional por considerarem o manejo ecológico mais difícil e trabalhoso, e também passou a criar alguns animais. No caso das famílias três e cinco, houve abandono de atividades e introdução de outras, onde a primeira desistiu da produção de hortaliças por falta de mão de obra e passou a trabalhar somente com a atividade leiteira. Já a outra deixou a produção de leite e passou a produzir hortaliças por considerar mais rentável. As demais famílias disseram não ter havido nenhum tipo de alteração na produção.

6.3 COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS APÓS A PARALISAÇÃO DO PAA

De todos os entrevistados somente duas famílias agricultoras afirmaram que houve necessidade de procurar vender os seus produtos no mercado local assim que o PAA deixou de funcionar no município. Entretanto, essa alternativa de comercialização não durou muito tempo, pois em seguida as famílias buscaram vender seus produtos na Feira da Agricultura

Familiar local, por considerar que os preços na feira são mais atrativos do que os pagos pelo mercado.

De outro modo, as cinco famílias que trabalham com a produção de leite disseram não terem buscado outros mercados pelo fato de sempre terem contado com a cooperativa na compra do produto, ainda que algumas destas famílias tenham apresentado insatisfação com os preços pagos pela organização.

No caso da família que produzia arroz ecológico para o PAA por meio da Sul Leite e comercializava também para a indústria, foi justificado que embora tenham passado a produzir arroz convencional, continuaram vendendo para empresas já consolidadas no ramo, como a Josapar e a Camil Alimentos, sendo compradores certos para o produto.

E no caso da família que abandonou a produção de leite e passaram a cultivar hortaliças, os produtos são vendidos nos supermercados e em vendas diretas na própria propriedade. Por outro lado, a família que se mostrou determinada e procurou transformar o sistema produtivo, com a produção de base ecológica, passou a vender seus produtos na feira, nos supermercados e também no PNAE.

Sobre a participação em organizações sociais além das cinco famílias que fazem parte da cooperativa, as outras quatro famílias responderam que estão em algum tipo de associação, sendo as mais citadas a AFASA e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Em algumas das entrevistas foi comentado que a participação nas associações já proporcionou benefícios importantes para o desenvolvimento das propriedades, por meio de ações e projetos que são conduzidos através do trabalho em grupo. De todos os entrevistados somente uma família respondeu nunca ter participado de nenhuma organização social.

Em relação à participação em programas sociais, três famílias apontaram que além do PAA já participaram também do PNAE e apenas uma mencionou ter participado de outros programas como o Programa Luz para Todos. Os demais entrevistados afirmaram que só fizeram parte do PAA.

Quando questionadas se caso o PAA voltasse a ser operacionalizado hoje no município, se haveria interesse em participarem novamente do mesmo, houve unanimidade nas respostas dos entrevistados, que inclusive avaliaram o programa como muito bom. Foi questionado também se deveria ser melhorado algo no PAA, sendo que três famílias consideraram que os preços deveriam melhorar e uma delas comenta que havia burocracia em relação à entrega dos produtos. Segundo a família, era exigido que houvesse uma padronização dos produtos, o que dificultava a venda para o programa. Já as demais famílias disseram que nada necessitaria ser melhorado.

Cabe mencionar que mesmo não constando nenhuma questão no roteiro de entrevistas sobre a assistência técnica nas propriedades, todas as famílias enfatizaram a eficiência da Cooperativa e especialmente da Emater. Essa assistência ocorria nos trabalhos desenvolvidos nas propriedades, seja no incentivo à produção, na participação em associação ou promovendo cursos, além de proporcionarem encontros por meio de excursões para compartilharem experiência com produtores de outros municípios.

Em suma, as entrevistas mostraram que as famílias tem dificuldade em dizer se houve mudanças em virtude da paralisação do PAA. Percebeu-se que houve transformações no sistema produtivo de algumas propriedades, como a troca de produção ecológica para convencional ou mudança da produção convencional para ecológica; e de um tipo de produção para a outra, tendo sido necessário buscar vender os produtos no comércio local ou em canais curtos de comercialização, como a feira. Entretanto, não pode-se afirmar que tenham sido em decorrência somente da paralisação do PAA, mas que outros fatores também possam ter contribuído para isso.

De fato existia uma produção com venda garantida, e nesse caso teve redirecionamento para outro canal, mudança de produção ou redução da produção. Além disto, as mesmas afirmaram que houve diminuição da renda, ou seja, embora apresentem condições socioeconômicas e estruturais favoráveis, certamente o PAA tenha influenciado de alguma forma para que as famílias decidissem promover mudanças nas suas UPAs.

Vale ressaltar que foram apresentados dois casos em que as famílias foram motivadas por razões específicas, como falta de mão de obra na propriedade que impediu de continuar com uma dada atividade agrícola e no outro caso por considerar penoso trabalhar com certa cultura. “As decisões e ações a serem desempenhadas nas unidades familiares dependem muito das situações e dos objetivos do agricultor” (DALCIN, 2010, p. 35). Para Dalcin (2010), a tomada de decisão na agricultura familiar permeiam questões profundas, diferentes de outros tipos de agricultores. “A tomada de decisão na agricultura familiar pode percorrer diferentes caminhos até alcançar os objetivos almejados, sendo muitas vezes necessário adaptar-se a novos arranjos em busca de melhores performances”(PASQUALOTTO, 2017, p. 109).

7 ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS E DE COMERCIALIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES COM A PARALISAÇÃO DO PAA

O presente capítulo apresenta os resultados das entrevistas com a entidade proponente que executou o PAA, em Santa Vitória do Palmar, entre 2006 e 2013. A fim de preservar a identidade dos atores sociais participantes da pesquisa são identificados aqui como entrevistados seguindo uma sequência numérica.

7.1 HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Conforme mencionado em outros capítulos deste trabalho, a organização social que executou o PAA em Santa Vitória do Palmar foi uma cooperativa de produtores de leite, chamada Sul Leite (Figura 4). Esta cooperativa foi formada em 28 de agosto de 1997, e iniciou suas atividades com um grupo de 30 produtores cooperadores, que segundo a organização, não tinham consciência do que era uma cooperativa e nem qual eram os benefícios que a formação poderia lhes proporcionar.

Figura 4-Sede da Cooperativa dos produtores de leite



Fonte: Foto realizada pela autora, (2017).

De acordo com informações disponibilizadas pela Sul Leite, a ideia de formar esta cooperativa surgiu da necessidade de comprometimento dos agricultores, pela necessidade de crescimento da atividade leiteira. Todavia, para melhorar esta atividade era necessário buscar acesso a créditos, programas de assistência técnica, parcerias e melhorar as possibilidades de

diversificação da matriz produtiva do município. Além disso, havia intenção por parte dos produtores de um dia construir em Santa Vitória do Palmar uma indústria de beneficiamento de leite.

Segundo a administração da cooperativa a atividade leiteira era um tanto marginalizada, não sendo vista com “bons olhos”, o que por muito tempo acreditava-se que jamais esta atividade sairia dos moldes da pequena propriedade no município, e por isso não atingiria a profissionalização, a qualificação e ampliação da produção em escala comercial.

A cooperativa atende produtores familiares de Santa Vitória do Palmar e do Chui⁸, tendo como finalidade unir os produtores e organizá-los de forma que possam democraticamente, se fortalecerem como produtores rurais e trabalharem para o desenvolvimento sustentável de suas propriedades e das comunidades locais e regionais, bem como promover a educação de seus cooperados (SUL LEITE, 2017).

7.2 PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SUL LEITE

No ano de 2001, houve uma reformulação na gestão da cooperativa, começando pela terceirização da administração, onde o presidente, vice e a diretoria não são remunerados. Desta forma, foi possível montar uma equipe com profissionais qualificados, para atender melhor os produtores cooperados. Neste sentido, buscou-se atender os anseios dos cooperados que questionavam o formato de administração que vinha sendo feita pela atual diretoria, deixando a desejar na questão de assistência técnica, apoio à produção e ao associativismo.

O primeiro passo foi à contratação de um profissional para fazer a parte administrativa geral da Cooperativa e relacionamento, enquanto o Presidente, os vices e os diretores, têm as funções de dar suporte e apoio para este administrador. Em seguida foram traçadas algumas metas para ampliar o crédito, a credibilidade e principalmente a imagem da Cooperativa, objetivo este que foi alcançado (SUL LEITE, 2017).

Para dar assistência aos produtores cooperados em termos de produção, organização, produtividade e qualidade, aos poucos foram sendo contratados profissionais para integrar o corpo técnico da Sul Leite. Primeiramente, houve a contratação de um Zootecnista e num segundo momento, a contratação de uma médica veterinária para cuidar da sanidade do rebanho. Em outro momento, integraram a equipe dois Engenheiros Agrônomos, um técnico agrícola e mais uma médica veterinária, que deram suporte para 89 produtores cooperados e

⁸ Município vizinho localizado a uma distância de 22 km de Santa Vitória do Palmar.

mais 40 pequenos produtores do entorno da cidade, incluindo pescadores artesanais e produtores de hortigranjeiros. Durante a formação do corpo técnico já era percebido, pela diretoria, avanços nas propriedades e a ampliação do comprometimento dos cooperados com a produção.

Entre as parcerias formadas pela Sul Leite a fim de dar maior suporte aos cooperados é destacada a parceria com o poder público municipal de Santa Vitória do Palmar, que disponibiliza um veículo para a assistência técnica, duas patrulhas agrícolas completas para a cooperativa, viabilizando a assistência e a produção de alimentos para os rebanhos e uma sede em comodato, já que a Sul Leite não possui um prédio próprio.

7.3 PRINCIPAIS CONQUISTAS E METAS

Ao longo desses 20 anos a cooperativa tem procurado aprimorar o trabalho desenvolvido, ampliando e qualificando suas atividades. Uma das primeiras conquistas da Sul Leite aconteceu no ano de 2005 com a instalação de um laboratório cadastrado pelo MAPA para a realização de exames inclusive de brucelose, tuberculose. Em janeiro de 2011 houve a instalação de uma microusina de leite (Figura 5) no município, que passou a produzir leite pasteurizado integral, leite desnatado e bebida láctea, produtos que chegaram a serem vendidos no mercado local e até mesmo no PAA (ENTREVISTADO, 2).

Figura 5-Fachada da Microusina de Leite da Cooperativa Sul Leite



Fonte: Foto concedida pela cooperativa, (2017).

Entretanto, o entrevistado três, ressalta que a maior conquista da organização foi à mobilização dos produtores em cooperativa, pois há dificuldades de fazer com que os mesmos trabalhem em associativismo, sem contar nas dificuldades de compreenderem a legislação.

As principais metas da cooperativa são poder industrializar todo o leite produzido pelos seus cooperados e conscientizar os produtores da importância do cooperativismo. Atualmente, são produzidos em torno de 16000 litros de leite por dia pelos seus cooperados, sendo que somente 1000 litros são industrializados no município. Além disto, há expectativa em poder ampliar a fábrica e poder diversificar a produção, pois no momento não há estrutura suficiente.

7.4 PARTICIPAÇÃO DA COOPERATIVA SUL LEITE NO PAA

A Sul Leite participou de todas as fases de execução do PAA em Santa Vitória do Palmar. De acordo com o entrevistado um, o papel da cooperativa em relação ao programa era realizar a articulação entre a Conab e os beneficiários fornecedores. Neste sentido, cabia ao entrevistado um, elaborar as propostas de participação, prestar assistência técnica aos produtores e incentivar os mesmos a produzirem mais para atenderem a demanda de produtos do PAA, além de administrar os recursos, repassados pela companhia, para efetuar o pagamento aos produtores.

Quanto à modalidade de acesso utilizada o entrevistado um, diz que sempre utilizava a doação simultânea e complementa a sua fala relatando que:

“O problema é que esse programa é mais político do que social se fosse social mesmo não seria tão engessado. Modalidade de funcionamento tinha várias a gente só acessou uma, a por que vocês não acessam o PAA Estoque? É uma burocracia que tu não tem ideia, cada modalidade tem uma exigência. Porque ai o que tu ia fazer, o PAA Estoque o que é? Tu ficava com o dinheiro pra comprar à vista todo o arroz naquele determinado momento na safra e ai tu ficava com o arroz pra entregar durante todo o ano. O que teria que ser feito, era pegar o dinheiro da cooperativa compra todo o arroz porque é muito engessado lá e ai ir recebendo aos pouquinhos da Conab, ai não da né?”(ENTREVISTADO 1, 2017)

Quando foi questionado se o PAA havia contribuído de alguma forma com a cooperativa, o entrevistado um afirmou que sim, pois houve a necessidade de se organizarem melhor para trabalharem na execução do programa, o que permitiu aos mesmos adquirirem experiência com programas sociais. De acordo com Porto et.al (2013, p.49) “o PAA possibilita aprendizados na relação das organizações com o mercado e, ao mesmo tempo, que

essas organizações econômicas de base familiar acumulam experiência na gestão de seus processos técnicos, administrativos e financeiros”. Além disto, com a DAP Jurídica a cooperativa passou a participar de Feiras de Exposições como Expointer e Feiras da Agricultura Familiar realizadas pela Emater.

Em termos gerais a paralisação do PAA foi avaliada como ruim, pelo entrevistado um, que disse ter sido pior para os agricultores familiares, devido o incentivo à produção. E salienta que o programa só parou no âmbito do município por falta de recursos, devido à redução de valores disponibilizados para a execução do programa no país e por algumas exigências da Conab que culminaram para paralisação do mesmo, pois de acordo com a companhia, o sistema que havia sendo praticado pela Sul Leite não poderia mais continuar sendo desenvolvido.

Uma das exigências que foram colocadas pela Companhia, se referia ao beneficiamento de arroz e abate de animais, ou seja, não poderia mais ser terceirizado pela Cooperativa, seria necessário que a própria organização dispusesse de instalações próprias que realizasse este tipo de serviços. O entrevistado um, então explicou como funcionava esta prestação de serviços aos produtores para que os produtos pudessem ser comercializados ao PAA, no caso da carne e do arroz, conforme comentário abaixo:

“Pra entregar o arroz eu pagava uma prestação de serviço para uma arrozeira, ela me cobrava X por quilo de arroz pra eu mandar o arroz verde, eles secavam o arroz, eu comprava o arroz do pequeno produtor, botava no caminhão, pagava o frete, eles iam lá largavam lá, essa arrozeira secava, descascava, beneficiava e ensacava e mandava de volta pra nós, embalado só pra entregar pras famílias. Eles cobravam, por exemplo, R\$0,30 por quilo pra fazer isso, com frete eu gastava mais R\$0,05 por quilo, com o produtor eu tinha que pagar praticamente à vista. Tinha como fazer porque a cooperativa podia, porque não beneficiava. Hoje já não pode se eu quiser comprar carne à cooperativa tem que ter um frigorífico, se eu quiser comprar o arroz a cooperativa tem que beneficiar o arroz, se eu quiser vender leite a cooperativa tem que processar o leite, ou seja, tudo que for beneficiado tem que ser beneficiado pela cooperativa e não por terceiros. Porque tudo isto era feito com contrato com o frigorífico, contrato com a arrozeira lá que beneficiava, isso tudo tinha contrato (Anexo), ia no projeto e tava assinado. Hoje não pode ser mais assim, é mais uma coisa, daí tu vai entrega o quê, tem que fazer uma pesquisa sobre o que vai se entregar.” (ENTREVISTADO 1, 2017)

Segundo o entrevistado, além da questão da prestação de serviços, os fiscais da Conab entendiam que a cooperativa não deveria cobrar uma taxa em cima do valor pago pelos produtos dos agricultores. Essa pratica adotada tinha como objetivo evitar que a organização arcasse com as despesas oriundas do programa.

De acordo com o decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, na hipótese de pagamento por meio de organizações fornecedoras, os custos operacionais de transporte, armazenamento,

beneficiamento ou processamento poderão ser deduzidos do valor a ser pago aos beneficiários fornecedores, desde que previamente acordados com estes beneficiários (BRASIL, 2012).

7.5 ATIVIDADE PRODUTIVA E DE COMERCIALIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Atualmente a cooperativa trabalha com a produção de doce de leite, e como o produto só pode ser comercializado, dentro do município, a maior parte do leite produzido pelos cooperados é revendida para Cosulati, uma cooperativa de Pelotas que compra uma parte do leite produzido em Santa Vitória do Palmar.

O doce de leite é comercializado desde 2013, e além de agregar valor ao leite produzido no município, à expectativa da administração da Sul Leite é poder comercializar o produto também para outros municípios e Estados, a fim de melhor remunerar os seus cooperados (ENTREVISTADO 2, 2017). O entrevistado ressalta ainda que a documentação para a regulamentação da cooperativa está em tramitação e em virtude da burocracia, acreditam que até o final de 2017, seja regularizada a situação junto ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), para poderem comercializar o doce de leite no âmbito regional e nacional.

Segundo o entrevistado três, não houve mudanças com a paralisação do PAA, mas afirmou que houve redução no fluxo de caixa da cooperativa, pois o programa possibilitava um faturamento maior para organização enquanto estava sendo executado. Com relação ao fortalecimento da organização econômica da agricultura familiar, Campos e; Bianchini (2013), afirmam que:

A maior parte dos recursos do PAA é executada por meio de compras diretamente de organizações da agricultura familiar, como associações e cooperativas. Ao longo dos anos, essa experiência de fornecer alimentos para o governo propiciou um aprendizado para essas organizações e um faturamento que elas não tinham antes do PAA. Pode-se dizer que o programa foi um dos principais instrumentos de fortalecimento do cooperativismo e do associativismo entre os agricultores familiares (CAMPOS e; BIANCHINI, 2013, p.19)

Quanto à busca por outros mercados quando o PAA foi paralisado, o entrevistado um, afirmou que não houve necessidade de acionar nenhum outro mercado. Pois de acordo com o entrevistado dois, o doce de leite já estava sendo produzido no último ano em que o PAA foi executado. A opção da organização por produzir este tipo de produto se deu em parte pela falta de estruturação da microusina para produzir mais de um produto, e também pelo doce de

leite ser mais rentável, tanto que a expectativa da cooperativa é poder remunerar melhor os produtores cooperados.

Como visto anteriormente, a maior parte da produção de leite produzido, pelos cooperados, não são industrializados no município e com isto, os produtores de leite recebem em média R\$, 0,95. Porém a partir da industrialização de todo o produto pela cooperativa, espera-se que o produtor passe a receber em torno de R\$1,50 pelo litro de leite, dando maior sustentabilidade econômica aos produtores. Por enquanto o doce de leite só está sendo vendido nos comércio local (mercados, supermercados e padarias) e na sede da própria cooperativa.

Com relação à contribuição do PAA no desenvolvimento local, no ponto de vista da direção da cooperativa, o entrevistado dois afirmou que havia incentivo à produção, assim como assistência técnica, além da garantia de compra e pagamento dos produtos. “Estes fomentos fizeram com que áreas como a olericultura fossem alavancadas no município” (ENTREVISTADO, 2).

Quando questionado se a diretoria da Cooperativa tem perspectivas em relação à retomada do programa, o entrevistado três menciona que sim e inclusive em participarem do PNAE, já que nunca trabalharam com este mercado institucional, pois não possuíam DAP Jurídica. Além disto, pretende-se incluir o doce de leite nos programas sociais, valorizando o produto local.

Como se pode perceber as transformações ocorridas na organização já estavam sendo planejadas antes mesmo do PAA ser paralisado. Houve contribuições do programa em termos econômicos, organizacionais e de aprendizagem, mas não teve impacto na sua ausência, pois a cooperativa sempre teve a ideia de industrialização do produto para poder beneficiar seus cooperados.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os resultados da pesquisa percebeu-se que as famílias apresentaram condições socioeconômicas favoráveis, fato que permitiu não enfrentarem dificuldades financeiras, quando o PAA parou de funcionar em Santa Vitória do Palmar. No entanto, estas famílias utilizaram estratégias produtivas e de comercialização para permanecerem no mercado à medida que promoveram mudanças nos sistemas de produção das suas UPAs e buscaram outras alternativas de comercialização para vender seus produtos.

Uma minoria expressou a relevância do programa no desenvolvimento das propriedades em termos produtivos. Pode-se dizer que a paralisação do programa foi sentida apenas por algumas famílias produtoras de hortaliças que viram no PAA uma oportunidade de ampliar um pouco a produção e melhorar suas atividades com a diversificação de cultivos. Além da possibilidade real de vender os produtos em um mercado sem a necessidade de depender de atravessadores. Neste caso, pode-se dizer que a autoestima das famílias pode ter sido afetada, uma vez que, houve retrocessos nas suas propriedades, pela necessidade de desfazerem o que estava sendo aprimorado através do programa, sendo necessário reduzir a produção e voltar a comercializar os produtos em mercados tradicionais.

De outro modo, a maioria das famílias ainda que não tenham realizado nenhum tipo de mudança nas suas propriedades, tiveram que destinar a produção para uma organização específica, seja para a cooperativa ou para a indústria, mesmo em desconformidade com os preços pagos por tais organizações.

No que se refere à cooperativa, houve contribuições importantes do programa no seu funcionamento. No entanto, as estratégias em relação à produção e a comercialização realizada pela mesma já estavam sendo estudadas antes da paralisação do PAA, ou seja, não aconteceu por influencia do programa. Ainda que tenha reduzido o faturamento desta organização, devido à mesma ter comercializado alguns alimentos de produção própria no Programa, não foi necessário promover mudanças após a paralisação do mesmo. A implantação do PAA era entendida, pela administração da cooperativa, como sendo mais um compromisso social do que uma forma de obter lucros na organização.

Para finalizar este trabalho, ressalta-se que o estudo foi realizado com famílias agricultoras, inseridas na categoria de agricultor familiar do PAA, que participaram em quase todas as fases de execução do mesmo no município. Porém, vale lembrar que houve dificuldades durante a realização da pesquisa em virtude das entidades que trabalharam com o

PAA em Santa Vitória do Palmar, não terem informações precisas e suficientes sobre o programa no município, fato que contribuiu para a limitação dessa pesquisa.

A própria amostra deste estudo foi baseada na memória de um dos entrevistados da Cooperativa, pois não há nenhum tipo de documento ou relação de todos os projetos executados do PAA entre os anos de 2006 e 2013, tornando-se impossível determinar a amostra de forma que pudesse representar a diversidade local. Sendo que a inexistência de registros impossibilitou saber com exatidão: 1) o número exato de beneficiários fornecedores que participaram do PAA no município; 2) a relação de categorias desses beneficiários no PAA (agroextrativistas, assentados e outros) e; 3) a relação de beneficiários de Santa Vitória do Palmar e do Chuí, sendo que participaram do Programa, produtores familiares de ambos os municípios.

Tendo em vista a importância do PAA para o desenvolvimento rural e local, espera-se que este estudo contribua com outras pesquisas que venham a dar continuidade e aprofundamento deste tema no município. Nesse sentido, sugere-se para as próximas pesquisas tentar determinar uma amostra que possa incluir um número maior de beneficiários fornecedores.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, K. **Sucessão Familiar**. Revista Sustentabilidade do campo. Instituto Souza Cruz. Rio de Janeiro, ed. 02, Julho de 2011.

BRASIL. Portal Brasil. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro**. Publicado em 24/07/2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>> Acesso em 20 ago. 2017.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. LEI Nº 11326, DE 26 DE JULHO DE 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 24 out. 2017.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. LEI Nº 10.696 DE 02 DE JULHO DE 2003. **Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm> Acesso em: 24 out. 2017.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. DECRETO Nº 7.775, DE 4 DE JULHO DE 2012. **Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/decreto/d7775.htm> Acesso em: 24 out. 2017.

CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. **O papel do programa de aquisição de alimentos (PAA) e do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar**. 2013. Portal de revistas eletrônicas da Faculdade de Ciências e Letras – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – Unesp- Araraquara. 21 p. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br>> Acesso em: 22 set. 2017.

CAMPOS, A.; BIANCHINI, V. **A Agricultura Familiar passa a ser uma prioridade de estado. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. MDS. Brasília, 2013. Disponível em: < <http://mds.gov.br>> Acesso em 15 set. 2017.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia:alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME DO PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS-PMA. **Modalidades de compras Públicas de alimentos da Agricultura Familiar no Brasil. Série Políticas Sociais e de Alimentação**. V.2. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org>> Acesso em 25 set. 2017.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO-CONAB. **Ações do Conab em 2013**. Disponível em:<<http://www.conab.gov.br>> Acesso em: 05 set.2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS NA AGRICULTURA-CONTAG. **A morte do PAA**. Publicado em 10/10/2017. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=12565&mt=1&nw=1>> Acesso em 05 nov. 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO BRASIL-CONTRAF. **Corte no orçamento de 2018 deixa reforma agrária por um fio**. Programas como o PAA, ATER, Crédito Fundiário, já estão definindo. Publicado em 25/09/2017. Disponível em: <<http://contrafbrasil.org.br/noticias/corte-no-orcamento-de-2018-deixa-reforma-agraria-por-um-fio-dd6c/>> Acesso em 05 nov. 2017.

DALCIN, D. **O processo de tomada de decisão em agricultores de Boa Vista das Missões-RS**. 2010. p.125. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)-Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais. Santa Maria/RS. 2010. Disponível em: < http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_arquivos/15/TDE-2010-08-30T134109Z-2825/Publico/DALCIN,%20DIONEIA.pdf> Acesso em: 07 nov. 2017.

DEL-MASSO, M.C.S.; COTTA, M.A.C.; SANTOS, M.A.P. **Ética em Pesquisa Científica: Conceitos e Finalidades**. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br>> Acesso em: 29 de abr. 2017.

DESANOSKI, K.M.C.; CHIES, C. **A agricultura familiar em Goioerê Paraná: importância para o Desenvolvimento local**. In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 4., 2014, Campo Mourão. [Anais...]. Campo Mourão: Unespar, 2014. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_ix_epct/PDF/TRABALHOSCOMPLETO/Anais-CET/01.pdf>. Acesso em 07 out. 2017.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-EMATER. RS: **Produtores de Santa Vitória do Palmar e Chuí criam Núcleo de Criadores de Ovinos**. Publicado em 15/07/2016. Disponível em: <<http://www.paginarural.com.br>> Acesso em: 20 jul. 2017.

ERHARDT, C. **O direito humano à alimentação adequada como direito Fundamental**. IN JORNADA DE ESTUDOS E PESQUISA EM BIOÉTICA, 1.,2014.Curitiba, Anais...Curitiba, 2014.

FIALHO, J.T; NEUBAUER, A. F. **Estudo de caso dirigido como metodologia de pesquisa para a educação à distância (EAD)**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO- EDUCERE. 8., 2008. Curitiba. Anais...Curitiba: CHAMPAGNAT, 2008, p. 4520-4531.

FROHLICH, E.R.; DORNELES, S.B. **Elaboração de monografia na área de desenvolvimento rural**. Material Didático do curso Bacharelado em desenvolvimento rural- PLAGEDER/UFRGS. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial>> Acesso em 22 set. 2017.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de Pesquisa. Material de Didático do Curso de Planejamento e Gestão em Desenvolvimento Rural-PLAGEDER/UFRGS**. Porto

Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120p. Disponível em: <<https://moodle.ufrgs.br>> Acesso em: 28 de set. 2017.

GIL, A.C. 1987. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Atlas S.A. 2008. (Edição Métodos e Técnicas de Pesquisa Social).

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 625p.

GUERRA, E.L.A. **Manual de pesquisa qualitativa**. Material didático disponível em ambiente virtual. Centro Universitário Una. Belo Horizonte. 2014. Disponível em: <http://disciplinas.nucleoad.com.br/pdf/anima_tcc/gerais/manuais/manual_quali.pdf> Acesso em: 28 abr. 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, V.L.K. **Agricultura familiar e o programa de aquisição de alimentos**: Um estudo de caso no vale do Ribeira. 2017. 122p. Dissertação (Mestre em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Paraná. Repositório Digital Institucional da UFPR. Disponível em: <<http://www.acervodigital.ufpr.br>> Acesso em: 22 set. 2017.

MATTE, A.; MACHADO, J.A.D. **Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil**. Revista de Estudos Sociais, Ano 2016, N.37,V.18. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/3981/html>> Acesso em: 8 nov. 2017.

MINAYO, M. C (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <www.faed.udesc.br> Acesso em: 28 abr. 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. MDSA. **Governo fortalece compras de alimentos da agricultura familiar**. Publicado em 15/05/2017. Disponível em: <<http://mds.gov.br>> Acesso em 27 mai. 2017.

MÜLLER, A.L.; SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. **A construção de políticas públicas para a agricultura familiar o Brasil**: o Programa de Aquisição de Alimentos. Revista Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro V. 20, p139, 2012.

PASQUALOTTO, N. **O processo decisório na agricultura familiar: uma análise à luz da teoria da contingência**. Revista de Administração e Negócios da Amazônia. V.9, N°1, 2017. p.99-111. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/rara/article/download/1960/1917>> Acesso em 08 nov. 2017.

PORTO, S.I. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: política pública de fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia no Brasil. 2014. 134p. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) - Programa Oficial de Postgrado - Agroecología: un enfoque sustentable de la agricultura ecológica. Universidad Internacional de Andalucía Instituto de

Sociología y Estudios Campesinos – ISEC. Baeza, Jaén, Espanha. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/teses>> Acesso em: 19 out. 2017.

RODRIGUES, M.C. **Segurança Alimentar e Nutricional através da agricultura familiar: o PAA em São Lourenço do Sul**. 2011. 60p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em curso Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural-PLAGEDER)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2011.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**. Portal da Cidadania. 2007. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/one-community?page_num=0> Acesso em 05 nov. 2017.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. SEAD. **Sobre o programa**. Publicado em: 25/10/2014. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>> Acesso em: 20 ago. 2017.

SILVA, J.G.; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C.G. (org.) **Fome zero: A experiência brasileira**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília: Série NEAD Especial, 2010, 362p.

SILVEIRA; D.T (org.);CORDOVA, F.P. **Métodos de Pesquisa**. Material de Didático do Curso de Planejamento e Gestão em Desenvolvimento Rural-PLAGEDER/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120p. Disponível em:< <https://moodle.ufrgs.br>> Acesso em: 28 de abr. 2017.

SIMÃO, A. A. **Diversificação como alternativa para o desenvolvimento da agropecuária familiar sul mineira**. 2005. 160p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal de Lavras. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br>> Acesso em: 20 out. 2017.

SPANVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236p. Dissertação (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2. ed. -Porto Alegre :Bookman, 2001.

APÊNDICE A

Roteiro para entrevista com agricultores familiares que forneciam os produtos para o PAA:

Informações da família				
Nome	Idade	Escolaridade	Reside na propriedade?	Auxilia nas atividades produtivas?

- 1) Quantas pessoas da família residem na propriedade além do agricultor (a)?
- 2) A área da unidade de produção agrícola (UPA) é própria ou arrendada? Possui quantos hectares?
- 3) Quais as atividades produtivas desenvolvidas na propriedade?
- 4) Possui outra fonte de renda além da agrícola?
- 5) Como são vendidos os produtos? Quais são os principais canais de comercialização utilizados pela família?
- 6) Durante quanto tempo participou do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o que motivou a sua participação?
- 7) Em termos gerais, qual era sua avaliação sobre o programa?
- 8) Qual modalidade de acesso utilizava e quais produtos eram vendidos para o PAA?
- 9) Considera que houve avanços na propriedade com a participação no programa?
- 10) Além desse, qual (is) programa (s) já foi ou é utilizado pela família? Ex: PNAE, PRONAF, PNHR e outros....
- 11) O Sr. (a) enfrentou alguma dificuldade com a paralisação do PAA? Houve alguma transformação no sistema produtivo da UPA?
- 12) A família buscou acesso a outros mercados para continuar comercializando os produtos? Se sim, quais?

- 13) Consegue perceber se houve diferenças no desempenho da propriedade com a participação no PAA e após a paralisação do mesmo? A renda aumentou, diminuiu ou se manteve estável?
- 14) A família estava satisfeita com o programa de aquisição de alimentos?
- 15) A sua participação na cooperativa está associada ao acesso a políticas públicas ou já fazia parte da organização, por outros motivos?
- 16) Além da cooperativa participa de outras organizações? Quais?
- 17) Caso o programa volte a ser operacionalizado no município de Santa Vitória do Palmar, o Sr. (a) tem interesse em participar do mesmo novamente?
- 18) Pra você o que deveria ser melhorado no PAA para atrair a participação dos agricultores familiares?

APÊNDICE B

Roteiro para entrevista com a organização dos agricultores familiares que participava do PAA-Cooperativa dos Produtores de Leite da Zona Sul/SUL LEITE

- 1) Primeiramente, gostaria que contasse um pouco da história da Cooperativa: data da fundação, objetivo (s), número de cooperados, principais desafios e conquistas nos últimos anos.
- 2) Com relação ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), qual era o papel da Cooperativa e qual foi o período de execução do programa no município?
- 3) Além da cooperativa, quais as outras entidades envolvidas com a execução do PAA?
- 4) Quais as modalidades de acesso eram utilizadas e quantos agricultores familiares participavam do programa?
- 5) O programa contribuiu de alguma forma com a Cooperativa durante os anos em que foi executado no município? Por quê?
- 6) Qual a relação de produtos vendidos para o PAA e quais os recursos aplicados pelo programa em Santa Vitória?
- 7) Com a paralisação do Programa, que mercados a cooperativa passou a acionar?
- 8) Quais as entidades de consumidores foram beneficiadas?
- 9) Percebe se houve mudanças na qualidade de vida das famílias dos agricultores familiares com o PAA?
- 10) Como você avalia a paralisação do PAA no município?
- 11) O que mudou na cooperativa com a paralisação do programa?
- 12) Sabe se os agricultores familiares tiveram que se reorganizarem diante da situação?
- 13) No seu ponto de vista, o PAA contribuiu com o desenvolvimento local?
- 14) Os agricultores familiares tem manifestado interesse em relação ao retorno da execução do PAA no município?
- 15) A diretoria da Cooperativa tem perspectivas em relação à retomada do programa?

APÊNDICE C

RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Cibele Terra Teixeira- Agricultora familiar, casada e residente em Santa Vitória do Palmar. Exerce atividade rural desde 2006.

Cleber Renato da Silva Farias- Técnico Agrícola e integrante da equipe técnica da cooperativa.

Daiane Santos Cousen- Agricultora familiar desde 2004. Atualmente também é microempreendedora exercendo atividade de cabeleireira.

João Carlos Ferreira- Produtor rural.

Luis Ronaldo Rueda- Produtor rural.

Marcos Juliano Kalil Pereira- Engenheiro Agrônomo e integrante da equipe técnica da cooperativa.

Nara Regina de Souza Borges- Agricultora familiar e aposentada.

Nei Marcio Correa Lima- Produtor rural e aposentado.

Raul Augusto Lopes Amaral- Gestor de cooperativas e atualmente exerce a função de administrador da Cooperativa Sul Leite.

Rosário Silveira Lima- Produtor Rural e realiza prestação de serviços para estabelecimentos rurais como operador de máquinas agrícolas.

Sidinei Afonso Henrique- Produtor rural e aposentado.

Vlair Vega de Avila- Agricultora familiar e aposentada.

Ubirajara Nalério- Produtor Rural e aposentado.

APÊNDICE D



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO
**Trabalho de Conclusão de Curso
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS**
NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “**Análise das estratégias dos Agricultores Familiares e de suas organizações: Um estudo de caso sobre a paralisação do PAA em Santa Vitória do Palmar/RS**” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso do Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo “analisar as estratégias produtivas e de comercialização dos agricultores e suas organizações diante da paralisação do PAA em Santa Vitória do Palmar.”.

A minha participação consiste na recepção do aluno (a) Angélica Oliveira dos Santos para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno (a). Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação e a da instituição/organização para a publicação no TCC)

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

Santa Vitória do Palmar, _____ / _____ /2017.

ANEXO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATANTE: Cooperativa dos Produtores de Leite da Zona Sul LTDA., SULLEITE, inscrita no CNPJ sob nº 02.234.575/0001-02, Inscrição Estadual nº 111/0067981, pessoa Jurídica de Direito Privado, registrada na Junta Comercial do RS sob o nº 43400012478 e na OCERGS com o nº 1333, estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, nº 67, salas A e B, nesta cidade, neste ato representado por seu presidente Sr. Fulano de tal, brasileiro, separado, orizicultor, portador da CI nº xxxxxxxxxxxx e do CPF nº xxxxxxxxxxx-xx, residente e domiciliado na ruanº....., nesta cidade de Santa Vitória do Palmar.

CONTRATADO: Fulano de tal/Frigorífico xxxxx, com sede em Santa Vitória do Palmar, ruanº.....no estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CNPJ sob o nºxx.xxx.xxx/xxxx-xx, neste ato representado por seu proprietário **fulano de tal**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nºxxxxxxxx-xx.

As partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente contrato de Prestação de Serviços.

DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula 1ª: É objeto do presente contrato a prestação de serviço de **abate e embalagem de carne bovina**.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Cláusula 2ª: O CONTRATANTE responsabilizar-se-á pelo fornecimento da matéria prima **Animais bovinos vivos**, que será entregue no local indicado pelo contratado, obedecendo as normas sanitárias vigentes, bem como pela retirada do produto final; **Carne Bovina**.

Cláusula 3ª: O CONTRATANTE deverá fornecer ao contratado, além da matéria prima, a embalagem (**NO CASO DE MARCA PRÓPRIA DO PRODUTOR OU DA COOPERATIVA**)

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cláusula 4ª: É dever do CONTRATADO, obedecer aos padrões de identidade e qualidade, conforme legislação pertinente.

Cláusula 5ª: Fica o CONTRATADO responsável por beneficiar o arroz e carregamento do produto final.

Cláusula 6ª: O CONTRATADO fica responsável pelas obrigações trabalhistas, assim como a disposição dos funcionários para o serviço, não restando ao CONTRATANTE qualquer vínculo trabalhista com o contratado.

Cláusula 7ª: Fica o CONTRATADO responsável pelas taxas e tributos municipais, estaduais e federais incidentes sobre os serviços prestados.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Cláusula 8ª: O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor de R\$ 0,35(Trinta e cinco centavos) por kg em no máximo 30 dias após a retirada do produto.

DO PRAZO

Este contrato de prestação de serviço vigará durante 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

Por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor.

Local e data

Santa Vitória do Palmar, de de

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunha

Testemunha

OBSERVAÇÕES:

Cláusula 3ª somente se houver o fornecimento da embalagem.

Cláusula 5 exemplo : farinha de milho ou trigo fica o contratado responsável pela descarga do trigo indústria, moagem empacotamento e carregamento final do produto

Cláusula 8º: o prazo para pagamento é fictício. Colocar o prazo acertado entre as partes.

Estas são as cláusulas mínimas, podem ser incluídas cláusulas específicas conforme as características do produto ou da negociação.